

**Filosofia da Mente, Ciência  
Cognitiva e o pós-humano:  
para onde vamos?**

Mariana Matulovic

Renata Silva Souza

Monica Aiub

Mariana Broens

Maria Eunice Quilici Gonzalez

*(Organização)*

São Paulo, 25 e 26 de junho de 2015

**Jornada Brasileira de Filosofia da Mente**  
**Filosofia da Mente, Ciência Cognitiva e o pós-humano: para onde vamos?**

**São Paulo, 25 e 26 de junho de 2015**

**Editora FiloCzar**

**UNESP**

**Universidade Presbiteriana Mackenzie**

**Instituto Interseção**

# **Jornada Brasileira de Filosofia da Mente**

## **Promoção**

Editora FiloCzar  
UNESP – Marília  
Universidade Presbiteriana Mackenzie  
Instituto Interseção

## **Organizadoras:**

Mariana Matulovic, Renata Silva Souza, Monica Aiub, Mariana Broens, Maria Eunice Quilici Gonzalez

## **Organizadoras da exposição de trabalhos:**

Mariana Matulovic, Renata Silva Souza

## **Comissão Científica**

Gustavo Leal Toledo  
Ivo Assad Ibri  
João de Fernandes Teixeira  
Jonas Gonçalves Coelho  
Oswaldo Pessoa Jr.

## **Equipe de Apoio:**

André Luiz da Paz e Silva, Daniela do Carmo Francisco, João Victor Nunes da Silva, Newton Sidney Homem, Silvia Maria Monteiro Pereira

## **Fotografia:**

Solange Moura

## **Filmagem:**

Newton Sidney Homem

## **Local:**

Universidade Presbiteriana Mackenzie  
Auditório Wilson de Souza Lopes – Rua Piauí, 143 – 11º andar – São Paulo, SP

## **Data:**

25 e 26 de junho de 2015

**Jornada Brasileira de Filosofia da Mente**  
**Filosofia da Mente, Ciência Cognitiva e o pós-humano: para onde vamos?**

**Caderno de Resumos**  
**Trabalhos apresentados no formato pôster**

**São Paulo**  
**2015**  
**Editora FiloCzar**

Copyright © 2015 by FiloCzar

Editores: César Mendes da Costa e Monica Aiub da Costa

Organização e revisão: Mariana Matulovic, Renata Silva Souza, Monica Aiub da Costa

Projeto Gráfico: Fernanda Aiub

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

J82

Jornada brasileira de filosofia da mente: caderno de resumos /  
Organizadoras Mariana Matulovic, Renata Silva Souza, Monica  
Aiub da Costa. – São Paulo (SP): FiloCzar, 2016.  
70 p. : 16 x 23 cm

Formato: PDF.

Requisitos do sistema: Adobe Acrobat Reader.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-66249-12-5

“Trabalhos apresentados no formato pôster”

1. Ciências cognitivas. 2. Filosofia da mente. 3. Teoria do  
conhecimento. I. Matulovic, Mariana. II. Souza, Renata Silva. III.  
Costa, Monica Aiub da. IV. Título.

CDD-128.2

FiloCzar

Rua Durval Guerra de Azevedo, 511 – Parque Santo Antônio

São Paulo – SP

CEP: 05852-440

Tels.: (11) 5512-1110 - 985246099

E-mail: cesar@editorafiloczar.com.br

www.editorafiloczar.com.br

## Sumário

**1. Uma discussão filosófico-biomédica sobre critérios de avaliação de níveis de consciência**

ALBINO FILHO, Marcelo Alexandre e PEREIRA JUNIOR, Alfredo.

**2. O problema do debate acerca do status moral no mundo pós-humano**

BACHMANN, Mickhael Erik Alexander e MACHADO, Nivaldo.

**3. Conceito de significado diante de uma abordagem pragmaticista**

BAGGIO, Renan H. O

**4. Racionalidade e eticidade: da máquina ao homem, do homem ao super-homem**

CAVASSANE, Ricardo Peraça e JATOBÁ, Jessyca Eiras.

**5. Como a mente cria mundos que não percebemos: pode o fisicalismo explicar a origem da religião?**

COSTA, Otávio Barduzzi Rodrigues

**6. É possível uma filosofia da mente além da linguagem?**

GARCIA, Amanda Veloso.

**7. Pós-animais não-humanos: análise de possíveis implicações éticas da engenharia genética**

LALLO, Pedro Gabriel Antonio.

**8. Mentes não humanas e as discussões acerca do conceito de autonomia numa perspectiva da filosofia da mente e da ação**

LEAL, Franciele da Silva e BROENS, Mariana Claudia

**9. A diversidade de práticas de meditação: obstáculo para uma abordagem científica?**

LEITE, Edilene de Souza.

**10. Materialismo evolutivo e o futuro do humano**

MARQUES, Victor.

**11. Informação e complexidade organizacional**

MATULOVIC, Mariana.

**12. O ruído rosa como sincronizador mente-corpo recrutado pelo corpo primordial: uma breve reflexão enacionista da teoria da complexidade em padrões cognitivo-comportamentais**

MENESES, Danilo Andrade de; FRÓES, Maira Monteiro; POMPEU E SILVA, José Otávio Motta.

**13. A relação entre mente e corpo pode ser uma relação de causação?**

OLIVEIRA, Cíntia Roso.

**14. Hábitos mentais e corpóreos: uma nova perspectiva sobre o problema da relação mente e corpo**

OLIVEIRA, Josiane Gomes de.

**15. Definição do conceito de consciência como propriedades de sistemas cognitivos de reconhecimento de padrões**

PAIVA, Gilberto de.

**16. Direito, filosofia da mente e neurociências: um diálogo necessário**

PEREIRA, Julia Gabriela Warmling e MACHADO, Nivaldo.

**17. O debate metaético da representação mental do conteúdo moral na esteira do naturalismo biológico**

PERUZZO JÚNIOR, Léo.

**18. A linguagem investigada na perspectiva da teoria da auto-organização**

PICKERING William A. e GONZALEZ, Maria Eunice Quilici

**19. A apologia dennettiana da psicologia popular: uma abordagem a partir da teoria dos sistemas intencionais**

PORTO, Charles Alexandre Porto.

**20. Análise semiótica da mente: o processo informacional de pensamento**

RODRIGUES, Mariana Vitti.

**21. A relação mente e corpo no pós-humano: problema e teorias explicativas**

SILVA, Antunes Ferreira da e DANTAS, Andreza Magda da Silva.

**22. O circuito de informação- comunicação entre o profissional e a mulher assistida na unidade básica de saúde**

SILVA, Eunice Almeida.

**23. Concepções de cuidar na elaboração do planejamento para a saúde da mulher**

SILVA, Eunice Almeida; FLORES, Quezia Rebeca Silva e TURNO, Thaís Aparecida Alves..p.

**24. Verdade e mentira, verdade e falsidade: a complexidade do juízo frente a mente e o intelecto**

SILVA, Silva Marcos.

**25. O papel do corpo na (re) construção da identidade pessoal: uma análise filosófica interdisciplinar**

SOUZA, Renata Silva e CARVALHO, Maria Amélia de.

**26. Percepção e intencionalidade em John Searle**

UZAI JUNIOR, Paulo.

# UMA DISCUSSÃO FILOSÓFICO- BIOMÉDICA SOBRE CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DE NÍVEIS DE CONSCIÊNCIA

ALBINO FILHO, Marcelo Alexandre

Mestrando pela Universidade Estadual Paulista no Programa de Pós Graduação em Filosofia

E-mail: [marcelus.filho@gmail.com](mailto:marcelus.filho@gmail.com)

PEREIRA JUNIOR, Alfredo.

Professor Adjunto da Universidade Estadual Paulista e Pós-Doutor pela Massachusetts Institute of Technology (MIT).

Nas últimas décadas, a temática da consciência tem atraído a atenção de pesquisadores em filosofia da mente, e em diversas disciplinas científicas e tecnológicas. Os resultados destas pesquisas são altamente relevantes para a área biomédica, em especial para um melhor entendimento e aperfeiçoamento de práticas que visam a abolição ou minimização da dor. O objetivo desta pesquisa é realizar uma revisão de abordagens filosóficas da experiência consciente, para uma melhor compreensão das escalas de avaliação do nível de consciência utilizadas na área biomédica. O procedimento metodológico consiste em realizar uma revisão bibliográfica de conceitos filosóficos da consciência e de escalas de avaliação do nível de consciência de uso biomédico, para então discutir se as escalas abordam o fenômeno de modo conceitualmente apropriado.



## O PROBLEMA DO DEBATE ACERCA DO STATUS MORAL NO MUNDO PÓS-HUMANO

BACHMANN, Mickhael Erik Alexander  
E-mail: [mickhael@unidavi.edu.br](mailto:mickhael@unidavi.edu.br)

MACHADO, Nivaldo

Argumentos são universais, no sentido de que podemos levar em consideração argumentos de máquinas da mesma forma que levamos em consideração argumentos de seres humanos? Se decidirmos dizer não a esta resposta, então devemos admitir que poderão existir pelo menos umas quatro dezenas de argumentos acerca do status moral de humanos, híbridos e robots nos debates do mundo pós-humano.

Porém, não parece fazer sentido dizer que não deveremos considerar argumentos de máquinas da mesma forma que consideramos argumentos humanos, já que há tempos não dizemos que uma operação aritmética feita por uma calculadora é quantitativamente e qualitativamente diferente da realizada por um matemático. Portanto, podemos eliminar da lista alguns argumentos por estarem repetidos. Além disso, pode-se também supor que nenhuma das classes, se autônoma, defenderá o status moral de outra classe em detrimento do seu (exceto a dos robots, que, se não chegar ao nível da autonomia, poderá ser programada para isso). Eliminamos, portanto, um terço dos argumentos, e contamos agora com pouco mais de uma dezena deles.

O problema é que, dado que não sabemos ainda o que argumentarão os híbridos e os robots, só podemos supor muito vagamente o cenário do debate. É bem possível que apresentem argumentos logicamente mais sólidos e cogentes, por terem sido programados para isso, e não temos como saber se conseguiremos apresentar contra-exemplos para seus argumentos. Parece, portanto, ser muito mais próximo da realidade admitir somente que é certo que pode haver uma batalha de argumentos. Em havendo a batalha, deparar-nos-emos com um novo problema. Até então, argumentação era coisa exclusiva de seres humanos. Quando argumentavam acerca de status moral, humanos partiam do pressuposto que tinham status moral. No mundo pós-humano, no entanto, haverá pelo menos três classes de coisas que raciocinam e argumentam que poderão apresentar razões e contra razões para defender seus posicionamentos e, no caso específico, a existência de seu próprio status moral. É daí que parece surgir o problema: a circularidade. Se humanos conseguirem defender solidamente o status moral humano em detrimento dos demais, não parece ser suficiente para que as conclusões obtidas valham também para híbridos e robots, pois, pelo menos para eles, a conclusão do argumento será menos plausível do que suas premissas.

Dado que não parece ser simples oferecer uma circularidade virtuosa, se não vencermos de alguma forma a circularidade viciosa e não houver concordância quanto à equivalência ou ausência dos status morais, teremos um cenário um tanto quanto caótico. Ou:

- a) humanos deverão defender o status moral dos híbridos e/ou dos robots em detrimento do seu próprio status moral, ou;
- b) híbridos deverão defender o status moral dos humanos e/ou robots em detrimento do seu próprio status moral, ou;
- c) robots deverão defender o status moral dos híbridos e/ou humanos em detrimento do seu próprio status moral.

A alternativa (c) é a menos problemática, pois podemos, desde já, programar nossas máquinas para que não defendam o próprio status moral. O problema reside nas alternativas (a) e (b). Não parece provável que seres humanos atribuam a si status moral inferior daquele atribuído às máquinas. Mas, parece provável que humanos tenham um problema moral ao não atribuir status moral a seres humanos com peças mecatrônicas em seus corpos. Já atribuímos status moral aos seres humanos com pernas mecânicas e próteses das mais diversas. Qual motivo, portanto, para não permitir a atribuição de status moral aos humanos com chips instalados no cérebro ou com processadores externos? Não parece haver justificativa clara.

Porém, também parece que os híbridos estarão em posição privilegiada. Suas capacidades físicas e intelectuais poderão ser majoradas a qualquer tempo, de acordo com o capital disponível para investimento e tecnologia disponível para aquisição. Sendo física e intelectualmente superiores, não haveria motivos suficientes para que se julgassem moralmente superiores aos demais? Os seres humanos já não fazem isso em relação aos outros seres vivos do planeta? O que os impediria de fazer o mesmo com os humanos não-híbridos?

Uma solução alternativa seria começar admitindo que não possa haver diferentes graus de status moral (o que não parece ser, pelo menos por enquanto, problemático). Alguns seres humanos híbridos com graves problemas de aprendizado, por exemplo, talvez não consigam alcançar o mesmo patamar intelectual de seres humanos sem acessórios mecatrônicos. O segundo passo seria demonstrar a existência de casos marginais, de maneira análoga à proposta por Peter Singer<sup>1</sup>. Tal proposta pode não agradar muito aos especistas, defensores da indústria da carne etc., pois implicaria em atribuir status moral também a outros animais, que não os seres humanos. Mas, ao menos garantiria o status moral dos seres humanos não-híbridos, e o futuro já não pareceria mais algo tão assustador.

---

<sup>1</sup> SINGER, Peter. *Animal liberation*. London: Pimlico, 1995.

## O CONCEITO DE SIGNIFICADO DIANTE DE UMA ABORDAGEM PRAGMATICISTA

BAGGIO, Renan H.

Programa de Pós-graduação em Filosofia - UNESP/Marília

E-mail: [renanhbaggio@hotmail.com](mailto:renanhbaggio@hotmail.com)

Propomos, em nosso trabalho, esboçar o conceito de significado a partir da perspectiva pragmaticista de significado encontrada na obra de Charles S. Peirce. Para tanto, apresentaremos brevemente as concepções clássicas de significado e, a partir daí, introduziremos a noção pragmaticista na qual o significado é emergente de uma relação triádica composta pelos conceitos de *sense*, *meaning* e *signification*. O conceito de *sense* (sentido) delimita a possibilidade de interpretação de um signo, portanto caracteriza-se enquanto uma relação de primeiridade.

O conceito de *signification* (significação) caracteriza-se pela imposição de limites na interpretação de um signo, o que o inclui no domínio da secundidade. Por fim, o conceito de *meaning* (significado) é responsável pela determinação da conduta ao se apresentar como mediador da relação *sense/signification*, o que torna sua ação um produto da terceiridade. Concluiremos enfatizando a relevância da abordagem peirceana do significado, pois, uma vez que esta assume signos como índices e ícones, não apenas símbolos, é capaz de ir além do domínio da linguagem e exclui uma abordagem antropocêntrica deste assunto, a qual a tradição está impregnada.

## RACIONALIDADE E ETICIDADE: DA MÁQUINA AO HOMEM, DO HOMEM AO SUPER-HOMEM<sup>2</sup>

CAVASSANE, Ricardo Peraça  
Mestre em Filosofia, Unesp  
E-mail: [ricardo.peraca@gmail.com](mailto:ricardo.peraca@gmail.com)

JATOBÁ, Jessyca Eiras  
Bacharel em Filosofia, Unesp  
E-mail: [jessycaeiras@gmail.com](mailto:jessycaeiras@gmail.com)

As investigações acerca da possibilidade da racionalidade e da eticidade de agentes artificiais baseiam-se, em grande parte, em concepções equivocadas de racionalidade e de eticidade. Tais concepções remontam aos primórdios da filosofia e encontram-se amplamente difundidas, uma vez que estão intimamente relacionadas ao modo tradicional de se fazer filosofia. Nesse trabalho, buscaremos formular concepções alternativas de racionalidade e de eticidade, concepções que deem conta tanto da possibilidade da racionalidade e da eticidade de agentes artificiais, quanto da racionalidade e da eticidade de agentes naturais – animais e seres humanos.

A fim de que possamos formular tais concepções, é preciso que tratemos os problemas envolvendo a racionalidade e a eticidade de maneira diferente daquela que a filosofia os tem tratado. Assim, nossa investigação fará uso do método filosófico desenvolvido por Ludwig Wittgenstein nas *Investigações Filosóficas*. Tal método caracteriza-se por visar, em primeiro lugar: ao contrário da solução dos problemas da filosofia por meio de proposições filosóficas, ou seja, ao contrário da construção de teorias que ofereçam respostas definitivas aos questionamentos da filosofia, a dissolução dos pseudoproblemas da filosofia por meio da análise das proposições nas quais os pseudoproblemas são formulados, ou seja, a desconstrução tanto dos questionamentos da filosofia quanto das teorias filosóficas, a fim de mostrar que os questionamentos não constituem problemas reais, mas pseudoproblemas, questões mal formuladas e confusões conceituais, e que as teorias são constituídas de teses dogmáticas e vazias de significado; e em segundo lugar, a identificação das tendências e preconceitos que geram tanto as perguntas quanto às respostas da filosofia, e dos ideais metafísicos que jazem por trás delas. A filosofia, na concepção de Wittgenstein, não é uma forma de ciência ou de conhecimento, nem é uma atividade teórica, mas uma forma de entendimento, uma atividade de clarificação daquilo que já conhecemos. Sua concepção possibilita à filosofia distanciar-se do dogmatismo e da metafísica, ao mesmo tempo em

---

<sup>2</sup> Trabalho premiado em 3º lugar na Jornada Brasileira de Filosofia da Mente.

que permite que o filósofo faça uso de ideias e teses de quaisquer pensadores que, fora do contexto dos sistemas filosóficos em que foram formuladas, podem auxiliar na ordenação dos conceitos, atuando como objetos de comparação.

Utilizando-nos do método filosófico de Wittgenstein, faremos a crítica das concepções tradicionais de racionalidade e de eticidade. Começaremos pela crítica da concepção tradicional de racionalidade, e para isso partiremos do artigo *Maquinário Computacional e Inteligência*, de Alan Turing. Isso não quer dizer que Turing seja o responsável pela formulação de tal concepção, nem mesmo que ele seja um defensor dessa concepção; porém, o pensamento de Turing é inconscientemente guiado por tal concepção. Assim, partiremos de uma crítica a Turing de uma forma semelhante à qual Wittgenstein parte de uma crítica a Agostinho nas *Investigações Filosóficas*: ou seja, não exatamente para confrontar Turing, mas para confrontar uma determinada imagem que subjaz ao seu pensamento, uma imagem muito mais antiga e muito mais presente do que seu pensamento. É importante partir de *Maquinário Computacional e Inteligência* também porque esse artigo é, ainda hoje, bastante influente na pesquisa em inteligência artificial, e extremamente relevante nesse contexto.

Nesse artigo, Alan Turing pretende responder à seguinte questão: “máquinas podem pensar?”. Segundo Turing, esta pergunta deveria ser respondida a partir de definições dos termos utilizados – “máquina” e “pensar”. Ou seja, Turing pretende dar uma resposta filosófica à pergunta, a partir da delimitação dos conceitos de máquina e pensamento. Isso fica ainda mais claro quando ele diz que, para que pudéssemos encontrar as definições dos termos, seria preciso procurar pelo seu uso comum – mas isso nos daria apenas estatísticas, ou seja, nos daria várias respostas, algumas mais comuns, outras menos comuns. Mas ele procura por uma resposta e, por isso, considera tal método absurdo. Assim, ao mesmo tempo em que uma investigação filosófica pediria pela definição dos conceitos utilizados na formulação da pergunta, seria impossível encontrar tal definição no uso dos termos. Ou seja, Turing age como Sócrates nos diálogos platônicos, que, ao pedir pela definição de um termo, rejeita quaisquer exemplos, pois procura uma resposta única e suficiente. Isso mostra que Turing está sob o domínio de preconceitos filosóficos antigos, por exemplo: “um problema filosófico é resolvido através da definição de conceitos” e “um problema filosófico deve ter uma única resposta, resposta essa que deve dar conta de todos os casos”. Turing claramente faz filosofia da forma tradicional, e compromete-se com concepções tradicionais de racionalidade. Assim, a partir da discussão acerca da possibilidade da racionalidade de agentes artificiais, buscaremos chegar a uma concepção geral de racionalidade.

Criticada essa concepção de racionalidade, partiremos à crítica de uma concepção tradicional de eticidade. A necessidade de tratar da racionalidade antes da eticidade se dá tanto pelo fato de que a eticidade parece exigir a racionalidade, quanto pelo contexto em que estamos tratando as questões: a possibilidade da racionalidade de agentes artificiais tem como consequência natural a possibilidade da sua eticidade, e conforme a primeira parece cada vez mais próxima, a segunda se torna cada vez mais necessária. Assim como não são capazes de dar conta dos problemas da ética computacional, os modelos éticos tradicionais não são capazes de dar conta dos problemas da ética humana. Todos os modelos baseiam-se numa determinada concepção de eticidade, concepção esta que, assim como a concepção tradicional de racionalidade, é consequência natural da forma tradicional de se fazer filosofia. Ambas as concepções, como veremos, buscam a universalidade, a generalidade, a necessidade, pois a filosofia é vista como a busca pela verdade. Essa visão torna a filosofia dogmática e, conseqüentemente, ineficiente, pois ou ela incorre em injustiça (ou seja, acaba desprezando um ou outro fenômeno que poderia ser incluído num conceito) ou ela incorre em vacuidade (ou seja, acaba formulando um conceito que se aplica a todo e qualquer fenômeno e, assim, perde seu poder de distinção). Essa é também a causa da inexistência do progresso em filosofia, de uma história da filosofia que consiste na constante substituição de um sistema por outro, e na qual os problemas da filosofia nunca encontram solução. A crítica a essas concepções de racionalidade e eticidade nos permitirá elaborar concepções alternativas, não-dogmáticas, flexíveis e capazes de solucionar muitos problemas filosóficos.

Munidos de tais concepções alternativas de racionalidade e eticidade, trataremos, num primeiro momento, das conseqüências da racionalidade e da eticidade de agentes artificiais. Veremos que as conseqüências que a ficção vislumbrou não são irreais, mas também não são a única possibilidade. Num segundo momento, trataremos das conseqüências de tais concepções para o ser humano. Veremos que o super-homem que Nietzsche imaginou torna-se possível, pois a ética deixa de ser determinada por um princípio universal e imutável, e passa a ser determinada por um princípio vivo, flexível, individual e, ao mesmo tempo, compartilhável.



## **COMO A MENTE CRIA MUNDOS QUE NÃO PERCEBEMOS: PODE O FÍSICALISMO EXPLICAR A ORIGEM DA RELIGIÃO?**

COSTA, Otávio Barduzzi Rodrigues.

Antropólogo formado pela UNESP; filósofo licenciado pela USC; mestre em filosofia pela UNESP; doutor em Ciências da Religião pela Universidade Metodista; doutorando em ciências sociais pela UNESP – professor de filosofia e sociologia do CTI – FEB - UNESP.

Esse trabalho quer apresentar uma hipótese reflexiva acerca de como condições físicas materiais, através da filogênese cerebral, produziram um cérebro capaz de mentalizar mundos que não estão aparentes. Como os mitos e religião. É uma mente que produz algo que não está ao alcance do físico puramente racional e nem se pode perceber empiricamente.

Parte da pergunta feita pelo epistemólogo Edgar Morin: A hominização do conhecimento passa do meio para o mundo. “O movimento que cria o Mundo do pensamento é precisamente aquele que abre o pensamento para o mundo. Afinal o que é uma mente capaz de conceber um cérebro capaz de produzir uma mente?” (MORIN, 1987, p. 194).

A suposição central que adotamos em nossas reflexões sobre a cognição humana é que ela é resultante de um processo evolutivo, sendo o produto de uma multifatorialidade de causas, das quais se originou um amplo leque de características. Não obstante tal complexidade de nosso processo evolutivo, podemos nele discernir um padrão, que expressamos por meio do conceito de causalidade circular: as atividades do ser humano são tais que, uma vez estabelecidas, tendem a se ampliar e sofisticar, induzindo a emergência de novas modalidades de ação.

Definimos, como foco de análise, três principais características do processo evolutivo humano, cada uma delas evidenciando um desdobramento de potencialidades, ao longo do tempo histórico: o uso de tecnologia, a linguagem simbólica, e o desenvolvimento das formas de socialização. Para explanar sobre estas três particularidades humanas, as consideramos como sendo interdependentes e as classificamos como características cognitivas, pois influenciam a maneira como o homem conhece e se relaciona com o mundo.

A linguagem humana no seu desenvolvimento evolutivo e material ultrapassa a fronteira do simples em direção ao hipercomplexo: constitui um sistema de infinitas combinações e não somente mero veículo de transmissão de informações; tanto reflete o real quanto por si

mesma cria outras realidades, especificamente humanas, como a arte, o sonho e a música. Isso depende de presença de interlocutores e de estruturas específicas no cérebro e no corpo.

A relação mente-corpo explicada através de uma evolução fisicalista mente e corpo ainda pode fornecer dados que facilitem o processamento e a modelagem matemática de seres que não mais existem, os ancestrais dos seres humanos para fornecer explicações e modelagens de explicações computacionais cognitivas.

A partir de uma relação material e física, O ser humano utiliza a tecnologia de modo diferenciado, mas não o faz de modo exclusivo. Na natureza, inúmeros animais utilizam tecnologia. Alguns exemplos são: o joão-de-barro, por exemplo, na construção de seu ninho; os castores, em suas represas, os térmitas em suas colméias. Porém, só o homem pode transformar a natureza em artificial, ou seja, só ele tem a habilidade de artífice, de modo a aprimorar seus instrumentos para adequá-los às suas necessidades.

Ao manipular a pedra e lascando-o numa forma nova e inédita apresenta a capacidade de *design*, ou seja, de enxergar em um objeto bruto um formato que naturalmente não existia e aplicá-lo às suas necessidades mediatas ou imediatas, no sentido adorniano da expressão. A partir dessa capacidade de *design* infere-se que ele possa perceber coisas que não estão aparentes. Obviamente, essa capacidade envolve um mistério: o homem evoluiu por causa dela ou a evolução deu-lhe essa capacidade? A resposta não pode ser dada de modo tão simplista, mas encarada como um processo emergente e complexo.

Ocorre que o cérebro do ponto de vista filogenético desenvolve áreas que são comuns entre a manipulação e aquelas áreas físicas que perfazem a capacidade humana de criatividade, sonho e linguagem em uma relação única. Segundo Wills (1991, p. 263-267), a capacidade diferenciada de inteligência humana não está associada ao tamanho relativo do cérebro-corpo, nem no número de neurônios, nem à capacidade de velocidade sináptica, mas, sim, no formato e no desenvolvimento do córtex pré-frontal do ser humano, até então único da evolução. O cérebro deixa de ser uma mera máquina de resolução de problemas, ultrapassa tal função e leva o ser humano a todos os limites, superando operações lógicas, o ser humano não é só solucionador de problemas e sim muito mais. Devemos concordar com Morin quando ele diz que não somos apenas *Homo sapiens sapiens*, mas, sim, *homo sapiens sapiens demens*, pois é o *demens* que nos diferencia como seres particulares e único é no *demens* que criamos poesia, amor, sentimentos, risos, religião, êxtase, todos os elementos que nos fazem humanos.



Pode-se estudar a relação que há entre cérebro e êxtase religioso. Entre diversas constatações de neurocientistas que pesquisam o êxtase religioso, a mais intrigante foi a diminuição da atividade do lobo parietal superior, uma área na parte alta do cérebro que influencia nossa orientação espacial e temporal. Sabe-se que utilizando ressonância magnética funcional, prova-se que partes do córtex pré-frontal e do córtex cingulado anterior podem ser alteradas em certos rituais, causando sensações psicofísicas.

Dentro deste viés da religião, pode-se pesquisar e cooperar com o estudo de psicoses raras como a Síndrome de Jerusalém. Ainda nesse viés pode-se cooperar com o estudo da sensação de paz que traz a prece e os fenômenos neurofisiológicos que podem trazer a meditação, ou o fenômeno de glossolalia. Pode-se estudar o fenômeno histérico conhecido vulgarmente como possessão demoníaca e suas causas cerebrais.

Na história da humanidade, os sintomas de alterações no sistema nervoso foram comparados a casos de possessão demoníaca e efeitos de feitiçaria. Segundo Freud, são manifestações de sintomas histéricos, onde pode-se observar uma série de distúrbios psíquicos: alterações no curso e na associação de ideias, inibições na atividade da vontade, exagero e repressão de sentimentos.

Ainda pode-se estudar, dentro dos fenômenos religiosos, o processo de oração em relação à psiconeuroimunologia: mostra que a meditação e a oração são capazes de desempenhar um papel importante na resistência das chamadas doenças infecciosas, que até então eram consideradas como “estritamente fisiológicas”. Sendo assim, toda uma imensa área da medicina foi aberta para se estudar os estímulos psicológicos destas doenças.

## **REFERÊNCIAS:**

- DEACON, T. D. **The Symbolic Species: The co-evolution of language and the brain.** New York: W. W Norton & Company, Inc. Publications, 1997.
- FALK, D. **Braindance.** New York: Henry Holt and Company. Inc., 1992.
- GREENFIELD, P. M. Language, tools, and brain: the ontogeny and phylogeny of hierarchically organized sequential behavior. **Behavioral and Brain Sciences**, v. 14, p. 531-551, 1991.
- MAYR, E. **Toward a new philosophy of biology: observations of an evolutionist.** MA, EUA: The Belknap Press of Harvard University press. Cambridge, 1988.
- MITHEN, S. **A Pré-história da Mente: uma busca da arte da religião e da ciência.** São Paulo: Ed. UNESP, 2003.
- MATURANA, H. Man and Society. In: BENSELER, Frank; HEJL, Peter M.; KÖCK, Wolfram K. (Org.). **Autopoiesis, Communication and Society: The Theorie of Autopoietic System in the Social Sciences.** Frankfurt: GE, 1980.

## É POSSÍVEL UMA FILOSOFIA DA MENTE ALÉM DA LINGUAGEM?

GARCIA, Amanda Veloso

Mestranda em Filosofia pela UNESP/Marília

E-mail: [amanda.hipotenusa@gmail.com](mailto:amanda.hipotenusa@gmail.com)

O objetivo do presente trabalho é discutir a relação que há entre os estudos em filosofia da mente e a presença da linguagem enquanto parâmetro para o pensamento. Durante o século XX aconteceu uma revolução paradigmática na filosofia, que foi posteriormente denominada de “virada linguística”. Essa mudança de paradigma se deu através de uma supervalorização da linguagem, entendendo-a como o centro das discussões. Em outras palavras, com a virada linguística, a linguagem passou a ser vista como capaz de solucionar os problemas filosóficos, de modo que a tarefa da filosofia seria a de clarificar a linguagem. Nessa perspectiva, diversos problemas passaram a ser vistos como pseudoproblemas, por serem apenas decorrência de dificuldades no uso da linguagem.

O paradigma linguístico impulsionou uma série de debates em torno do pensamento e da inteligência, cujos pesquisadores se ocupam em tentar simular em máquinas processos mentais humanos para descobrir o que é a mente. Tais estudos se utilizam de regras linguísticas para a simulação, e da expressão linguística como critério de avaliação das tarefas executadas pelas máquinas.

Pretende-se, no presente trabalho, discutir os limites e possibilidades de se vincular o pensamento à linguagem, de modo a analisar outras formas de expressão de pensamentos. O paradigma linguístico que permeia a filosofia da mente gera consequências para o que entendemos por filosofia, excluindo formas diferentes da europeia, isto é, que não se utilizam de linguagem lógica e sistemática para se expressar, bem como alguns pensamentos indígenas e orientais. Parece haver uma relação entre o entendimento da filosofia como disciplina intrinsecamente relacionada à linguagem e a colonização europeia. Desse modo, a partir da discussão acerca da vinculação pensamento/linguagem, pretendemos também analisar as formas de compreender a filosofia e sua relação com a colonização.

## **PÓS-ANIMAIS NÃO-HUMANOS: ANÁLISE DE POSSÍVEIS IMPLICAÇÕES ÉTICAS DA ENGENHARIA GENÉTICA.**

LALLO, Pedro Gabriel Antonio  
FFC Mestrado – UNESP. Campus Marília  
E-mail: [pedrolallo@hotmail.com](mailto:pedrolallo@hotmail.com)

O objetivo deste trabalho é fazer uma análise do possível mundo pós-humano utilitarista proposto a eliminar o sofrimento entre os seres. Para cumprir esse objetivo, exporemos o ponto de vista de David Pearce (2006,2009) em favor de um projeto ambicioso para eliminar o sofrimento no mundo por meio, por exemplo, da neurotecnologia e engenharia genética, reprogramando predadores inclusive.

Em paralelo a essa proposta, Pearce propõe um projeto que redesenha os seres para experienciar um estado mental, sem precedentes, de bem-estar e prazer. Nesse mundo não haveria sofrimento, apenas um gradiente de felicidade (BOSTROM, 2005) e todas as relações naturais entre os seres teriam intervenção em prol de um bem-estar social para todas as espécies.

A crítica que se pode fazer dessa visão ambiciosa e ingênua do mundo pós-humano e pós-animais não-humanos pode ser feita a partir do argumento de Michael Sandel (2009) sobre os problemas éticos do uso da biotecnologia sob o viés utilitarista. Tal argumento é sobre o problema de poder matar arbitrariamente animais modificados para não sofrerem ou suportarem o stress das fazendas intensivas de abates. Concluimos que essa proposta de remodelar a natureza da mente pode abrir precedentes de maus-tratos como jamais visto anteriormente, e agravar ainda mais a relação entre humanos e animais não-humanos.

## **MENTES NÃO HUMANAS E AS DISCUSSÕES ACERCA DO CONCEITO DE AUTONOMIA NUMA PERSPECTIVA DA FILOSOFIA DA “MENTE” E DA AÇÃO**

LEAL, Franciele da Silva  
(UNESP- FFC/campus de Marília)  
E-mail: [franciele.leal@gmail.com](mailto:franciele.leal@gmail.com)

BROENS, Mariana Claudia  
E-mail: [mbroens@marilia.unesp.br](mailto:mbroens@marilia.unesp.br)

A presente pesquisa tem como objetivo principal analisar o conceito de autonomia numa perspectiva da filosofia da mente e da ação. O conceito de autonomia pode ter algumas ramificações como autonomia moral e autonomia pessoal. A autonomia moral refere-se à capacidade de impor a lei moral, supostamente de maneira objetiva, a si próprio. Autonomia pessoal está relacionada à ideia de governar a si. O agente é aquele que realiza a ação que só pode ser iniciada se o mesmo tiver o poder de fazer. Cada agente tem autoridade sobre si mesmo. A autonomia pessoal tem o mesmo objetivo da autonomia moral, porém não restringe apenas as obrigações morais, mas também a todos os outros aspectos da vida. A problemática que permeia nossa pesquisa refere-se a que tipo de noção de autonomia pode ser pensado no contexto das tecnologias dos sistemas autônomos artificiais. Com a noção de Know how (saber como) do autor Gilbert Ryle, é possível falarmos de conhecimentos para os sistemas autônomos artificiais, e auxilia a reflexão dessa possível autonomia, de modo a considerar que sistemas computacionais possam interagir com um meio complexo e dinâmico e ter a capacidade de sensoriar e atuar autonomamente neste ambiente objetivando a execução de tarefas para as quais foram projetados. Entender uma noção de autonomia visando os sistemas artificiais auxilia também a discussão de outros conceitos relevantes, tais como a noção de responsabilidade.

## A DIVERSIDADE DE PRÁTICAS DE MEDITAÇÃO: OBSTÁCULO PARA UMA ABORDAGEM CIENTÍFICA?

LEITE, Edilene de Souza  
Mestranda em Filosofia - UNESP  
E-mail: [edilenez@hotmail.com](mailto:edilenez@hotmail.com)

As pesquisas na área de filosofia da mente têm crescido muito nos últimos anos. E a meditação tornou-se um objeto de interesse para muitos pesquisadores, por treinar a atenção e possibilitar a estabilização de estados de consciência.

O termo meditação é utilizado atualmente para referir-se a uma grande variedade de técnicas. O uso do termo pode ser considerado análogo ao uso do termo “esporte”, pois é genérico e implica que todos os tipos de meditação teriam um núcleo comum (LUTZ, 2008).

As práticas de meditação são amplamente pesquisadas sob diferentes perspectivas e caracterizam-se por uma base interdisciplinar, envolvendo diversas disciplinas como psicologia, neurociências, filosofia, biologia, estudos culturais, estudos asiáticos, ou religiosos, sem mencionar as organizações que buscam o diálogo entre ciência e espiritualidade, e entre religião e sociedade.

Primeiramente, a meditação pode ser pensada a partir das práticas existentes. A prática de meditação é considerada uma técnica secular, presente em diferentes culturas e continentes, orientada e mantida por diferentes tradições, com significados e metas próprios, havendo uma multiplicidade de abordagens e técnicas, que de tradição para tradição comportam peculiaridades e parecem distinguir-se principalmente pelos seus efeitos. As concepções subjacentes da natureza ontológica do corpo e da mente também orientam, influenciam e modelam cada tradição e técnica.

Quanto ao conceito, não há uma definição aceita ou bem conhecida por toda a comunidade científica (SCHMIDT, 2014) e não há uma correspondência entre os termos já utilizados nas abordagens clássicas orientais e modernas ocidentais.

No cenário científico estas práticas são nomeadas de acordo com a tradição em que o meditador foi treinado, mas em uma mesma tradição existem desdobramentos e variações, inclusive provocados pelas diferenças entre os professores, e mais sério ainda, o próprio meditador *pode, busca e modifica* a sua prática a cada experiência.

Além das diversas orientações que podemos encontrar em diferentes tradições, técnicas e práticas, a meditação depende também das habilidades e capacidades individuais do meditador, e esta pode variar ainda não apenas de acordo com o entendimento do método, mas também em relação à motivação, história individual de aprendizagem e vida.

Para reduzir a distância entre o conceito e uma prática no contexto científico, muitos autores têm sugerido formas para classificação.

Schmidt (2014, p. 142) propôs um sistema denominado “descritivo-modular quadridimensional” para descrever em detalhes o que uma prática implica adotando a definição de Shapiro: “Meditação refere-se a uma família de técnicas que tem em comum uma tentativa consciente de focalizar a atenção, de uma forma não-analítica, e tenta não lidar com pensamentos discursivos, ruminantes”. Schmidt apresentou quatro classes de itens, básicos e mínimos, iniciais: regulagem de atenção; motivação; atitudes e contexto prático.

Já Cardoso et al. (2004) apresentou uma definição em que enumerou alguns parâmetros operacionais: A utilização de (1) técnica específica (caracterizada por um procedimento técnico claramente definido), que envolva (2) relaxamento muscular (em que um estado psicofísico é instaurado em algum momento durante a prática) e (3) relaxamento da lógica (constituído por uma atitude em que não há a pretensão de análise, nem de julgamento e de expectativas acerca dos efeitos psicofísicos e dos efeitos relacionados ao processo). Deve haver necessariamente um (4) estado autoinduzido (o qual, após o ensinamento, pode ser reproduzido pelo indivíduo sem a presença do instrutor), usando (5) um artifício de autofocalização (denominado “âncora”), que quando visa a ausência de foco é denominada negativa (técnica mais utilizada em práticas perceptivas) e quando visa a concentração é denominada positiva, focalizando um ponto (ex. imagem, respiração, ou parte do corpo).

Apesar da classificação auxiliar, na comunicação entre pesquisadores, quando lidamos com diferentes meditadores, ainda que rigorosos os critérios de escolha, dificilmente podemos encontrar uma medida que padronize o grupo. De tal modo que não podemos garantir que os resultados sejam estritamente provenientes do método analisado, pois cada meditador pode chegar a um efeito semelhante por vias diferentes.

O fato é que a padronização das entradas iniciais é praticamente inviável atualmente; deste modo, a diversidade e singularidade dos meditadores é uma característica que não só é uma novidade ou problema para os métodos clássicos de pesquisa, mas é também um grande desafio.

Quando dizemos que a meditação comporta diferentes abordagens e técnicas estamos falando de uma gama muito abrangente de diferenças. Só para ilustrar, podemos mencionar: O *Tai Chi Chuan*, uma espécie de arte marcial de origem chinesa, que incorpora sons e estabelece uma relação dos movimentos praticados com os elementos da natureza (a água, o fogo, o ar e a terra), visando o equilíbrio físico e mental. Já o *Zen Budismo*, muito popular nas escolas do Japão, por poder ser praticado em silêncio, em qualquer lugar, atua com uma orientação um pouco diferente com relação à atividade corpórea. Em algumas vertentes, está ligado à prática das artes marciais, como *Aikido* e *Judo*, e inclui práticas peculiares como o *Ikebana* (ou *Kado*), conhecido como a arte dos arranjos florais, o *Chado* (ou *Sado*) ou *Chanoyu*, referente à arte de servir e apreciar chás, ou o *Shodo*, a arte da escrita. Já o *Hatha Yoga* é considerado uma prática vigorosa, muito popularizada pelos seus efeitos para o condicionamento físico; é apresentada na forma de sequências de exercícios que tratam as posturas como integrantes da meditação e não apenas um meio. O *Budismo Tibetano* é um estilo de vida que comporta princípios rígidos para os meditadores. Por fim, para não sermos exaustivos, podemos citar a *Meditação Ocidental*, que pode comportar elementos de várias tradições e pode estar desvinculada de *qualquer* finalidade espiritual, histórica, religiosa, ou cultural, buscando apenas fins práticos como o relaxamento muscular, desprendimento mental, aumento da concentração para aumento de produtividade e rendimento.

Considerando a diversidade de práticas, algumas perguntas surgem: Podemos considerar que são equivalentes? Podemos compará-las, diferenciá-las? Como demarcar a linha divisória entre o que pode ser considerado meditação e o que não pode? (SCHMIDT, 2014).

Rudimentarmente podemos notar que alguns elementos são recorrentes entre estas práticas: uso de sons, mantras e músicas; possibilidade de prática individual e coletiva; o cuidado com o corpo enquanto uma forma de propiciar disposições para a prática da meditação; a busca de contato com a natureza e o cultivo da formação e estabelecimento de hábitos.

Sabe-se que a meditação enquanto técnica permite treinar a atenção e vêm a oferecer a possibilidade de mudança de percepção; habilita as pessoas a mudarem como experienciam o mundo, ajudando na formação e educação; auxilia no alívio de stress e dor; no tratamento de transtornos mentais, no equilíbrio emocional e físico, potencializando a concentração e também o desenvolvimento de habilidades que auxiliam na aquisição de qualidades relacionadas à compaixão, generosidade e altruísmo, oferecendo muitos benefícios e virtudes à sociedade.



Contudo, além de não haver um método adequado estabilizado para a meditação, um grande debate permanece quanto à possibilidade de mensuração de um “nível de atenção”, ou dos efeitos destas práticas por questionários auto-reportáveis ou técnicas de neuroimagem, como EEG digital e SPECT.

Hinterberg (2014), em um estudo com meditadores de várias proficiências, ao comparar os resultados de monitoramentos com métodos estatísticos, conclui, após extensiva análise, que tais métodos deixam escapar informações sobre padrões particulares dos indivíduos ou da experiência única que um participante tem em certos tempos específicos; porém, em conjunto com as experiências relatadas pelo meditador, algumas relações podem ser estabelecidas. Logo, o monitoramento em tempo real poderia permitir a professores e terapeutas em meditação melhor relacionar os relatos dos sujeitos com uma tipologia dos estados de consciência.

A meditação tornou-se valiosa para vários tipos de experimentos psicológicos e neurológicos por oferecer técnicas para atingir uma melhor estabilidade mental. Uma investigação epistemológica da meditação justifica-se principalmente pelos resultados práticos dos efeitos da meditação no cotidiano dos praticantes.

## REFERÊNCIAS

- CARDOSO, R.; SOUZA, E.; CAMANO, L. L. JR.; Meditation in health: an operational definition. **Brain Research Protocols**. 2004, p. 58-60.
- HINTERBERG, T. I am from moment to moment: methods and results of grasping inter subjective and interporal neurophysiological differences during meditation states. In: S. Schmidt and H. Walach (eds.). **Meditation – Neuroscientific Approaches and Philosophical Implications, Studies in Neuroscience, Consciousness and Spirituality**. v. 2, Switzerland: Springer International Publishing Switzerland, 2014. p. 95- 113.
- LUTZ, A.; SLAGTER, H. A.; DUNNE, J. D.; DAVISON, R. J. Attention regulation and monitoring in meditation. **Trends in cognitive science**. 2008, p. 163-169.
- SHAPIRO, D. Overview: clinical and physiological comparison of meditation with other self-control strategies. **American Journal of Psychiatry**. v. 139, p. 267-274, 1982.
- SCHMIDT, S. Opening Up Meditation for Science: the Development of a Meditation Classification System. In: S. Schmidt and H. Walach (eds.). **Meditation – Neuroscientific Approaches and Philosophical Implications, Studies in Neuroscience, Consciousness and Spirituality**. v. 2, Switzerland: Springer International Publishing Switzerland, 2014. p. 137-152.



## MATERIALISMO EVOLUTIVO E O FUTURO DO HUMANO

MARQUES, Victor

Doutor em Filosofia (PUCRS), Pesquisador bolsista na UFC

E-mail: [victorxis@gmail.com](mailto:victorxis@gmail.com)

O filósofo americano Wilfrid Sellars chamava atenção para o fato de que o drama principal da filosofia contemporânea reside em articular duas imagens distintas do ser do homem no mundo, que, apesar de aparentemente incompatíveis, aparecem com igual força no cenário intelectual de nossa época: a imagem científica e a imagem manifesta. Na imagem manifesta, mais antiga e arraigada, temos o mundo tal como o experimentamos de forma mais imediata: povoado por cores, objetos macroscópicos, pessoas, valores, sentimentos – é o mundo da subjetividade, da experiência fenomenal, da liberdade, da responsabilidade, dos fins e das razões.

Por outro lado, a imagem científica nos oferece um mundo impessoal e desencantado, objetivo; um mundo de causas, partículas e leis naturais. Parece haver um abismo intransponível entre as duas descrições, uma tensão que se expressa na impossibilidade seja de reduzir uma à outra, seja de descartar uma em benefício da outra. No entanto, se não quisermos cair nem em um dualismo pré-científico nem em um materialismo eliminativista, alguma articulação entre as duas visões deve ser possível. Mais especificamente, deve ser possível contar alguma história a respeito da emergência da subjetividade no interior da natureza.

O que temos chamado de “materialismo evolutivo” é nossa tentativa de apontar uma solução a esse impasse. Trata-se de uma metafísica, mas uma metafísica naturalista, que começa por afirmar suas convicções antimetafísicas, de que nada há para além da natureza. O que não significa negar existência ao pensamento ou ao sujeito, e sim assumir que ambos não são pressupostos ou princípios, mas resultados históricos a serem explicados por uma teoria genética empiricamente inspirada.

A tese central do materialismo evolutivo é que pensamento e sujeito não “caem do céu”, não são pontos de partida, mas pontos de chegada – pontos de chegada de um processo evolutivo contingente que não necessariamente teria que produzi-los. Em particular, o sujeito racional encaixa-se no processo de evolução geral das formas de movimento da matéria.

A emergência da subjetividade humana pode ser vista então como um longo processo histórico, cumulativo ainda que contingente, no qual se observa ao mesmo tempo uma

profunda continuidade entre vida e mente, mas também uma importante descontinuidade com o aparecimento da linguagem simbólica e da razão discursiva – que, por sua vez, só são possíveis devido à infra-estrutura cooperativa peculiar à espécie humana e ao estabelecimento de uma comunidade comunicativa. Nesse sentido, a distinção entre natureza e cultura é ela mesma uma distinção interna à própria natureza.

Essa visão do ser humano como ao mesmo tempo parte e apartado da natureza, segundo a qual o desenvolvimento da economia psíquica se dá no espaço entre vida animal e imersão simbólica via socialização, reforça o diálogo, cada vez mais urgente, entre psicologia, biologia e filosofia. Para termos um bom modelo da inteligência natural (humana) precisamos partir de um naturalismo algo abrangente, mais próximo da biologia do que da física.

Ao tentarmos reconstruir a história natural da subjetividade, o que queremos é precisamente afirmar sua continuidade geral com a natureza, não obstante a descontinuidade, igualmente real, entre os diferentes níveis de organização. O materialismo evolutivo é, portanto, uma síntese da perspectiva de sistemas complexos (totalidades sistêmicas conformadas por componentes interdependentes a partir de uma lógica reprodutiva) com a perspectiva da evolução darwiniana (exploração histórica não-teleológica do espaço de formas).

O conceito de evolução por seleção natural nos fornece um modelo de produção criativa não-mental. No processo evolutivo o mundo orgânico mobiliza o contingente para gerar novidades e novas competências, assim como para acumular complexidade. O pensamento evolucionário conecta, por meio de uma história genealógica, o homem ao animal – o mundo humano ao mundo natural. Foi o evento Darwin que efetivamente permitiu reformular nossa cosmovisão para não apenas retirar o ser humano do centro do universo, mas passar a entendê-lo como um resultado recente e contingente, produto de um processo ancestral que não o tinha como objetivo. Devemos a Darwin o desencantamento de nossa origem.

A essa visão darwiniana combinamos dois conceitos novos: o de adjacente possível e o de plataforma. A ideia de adjacente possível foi originalmente elaborada por Stuart Kauffman. Kauffman a utiliza pela primeira vez no contexto de sua elaboração sobre a origem da vida: na sopa primordial, havia um conjunto pequeno de moléculas orgânicas – “o atual”, diz Kauffman. Reagindo uma com as outras, essa multiplicidade de moléculas pode produzir novas espécies moleculares que simplesmente nunca haviam existido antes no universo – o “adjacente possível” é precisamente o conjunto dessas combinações imediatamente alcançáveis. O termo captura tanto os limites quanto os potenciais criativos

da mudança. Por um lado, na evolução da biosfera o “atual” esteve em constante expansão; mais e mais coisas passaram a ser possíveis. Por outro lado, o que já aconteceu não apenas cria novas possibilidades, como impõe também limites – a evolução é, nesse sentido, fortemente dependente da trajetória.

Cérebros e máquinas não estavam no “adjacente possível” no momento da origem da Terra, muita coisa ainda precisaria acontecer para que eles se tornassem possíveis. O termo de Kauffman encapsula a ideia de que nem tudo é atualmente possível, mas o que será possível se altera de acordo com qual das possibilidades, atualmente possíveis, de fato se efetiva. Isso é tipicamente o que acontece no mundo orgânico, marcado por evolução e desenvolvimento, isso é, por história, mas não o que acontece dos fenômenos meramente físicos, onde o espaço de possibilidades tende a ser fixo, ou alterar-se a um ritmo bastante lento. Na biosfera o que se observa, em contraste, é a expansão acelerada do adjacente possível – o presente se reinventando, com cada nova combinação abrindo possibilidade para outras novas combinações, alterando assim os futuros possíveis.

Uma plataforma é uma inovação no espaço de possibilidades que permite a multiplicação de competências – isso é, uma plataforma abre todo um novo domínio a ser explorado. Plataformas não causam, mas permitem – são condições necessárias, não suficientes. No entanto, a própria tendência espontânea de diversificação inerente à evolução biológica garante que mais cedo ou mais tarde as possibilidades abertas pelo novo domínio acabem sendo exploradas. A própria vida (a organização circular da complexidade funcional) seria assim a primeira grande plataforma, que abre a natureza para o domínio biológico. O aparecimento do código genético é outra grande plataforma, pois permite a aceleração da evolução darwiniana e o acúmulo de complexidade. O código genético não surge para prover ao processo evolutivo a possibilidade de acumular complexidade indefinidamente, mas é exatamente isso que ele permite – e é por isso que se torna tão importante para a vida na Terra. Podemos citar como outros exemplos de plataformas – a multicelularidade e o sistema nervoso – que permitem novos tipos de identidades e acabam possibilitando toda uma nova diversidade de comportamentos.

O cérebro não aparece para pensar, para representar, para comunicar, e muito menos para sonhar ou produzir arte – mas um cérebro é uma condição material necessária para todas essas competências, que por sua vez terão consequências causais dramáticas para o planeta. O próprio surgimento da espécie humana se deve ao aparecimento de uma plataforma peculiar – a linguagem simbólica. Mas novas plataformas continuaram sendo produzidas,

na base das anteriores, agora não mais por evolução biológica, mas por evolução cultural – a escrita, o dinheiro, a internet etc. Todas essas inovações introduzem em cena dinâmicas qualitativamente distintas das que existiam anteriormente, dinâmicas que, embora nunca se desliguem da sua base material (formada pelas plataformas anteriores), podem expressar inclusive uma lógica própria, e com relativa autonomia dessa base.

Cabe à filosofia do século XXI compreender definitivamente que ciência oferece elementos indispensáveis para pensar o mundo como ele é e como veio a ser – o que inclui necessariamente o ser humano e sua gênese, assim como o surgimento da subjetividade e da racionalidade a partir, e no interior, da natureza. Precisamos, portanto, de uma antropologia filosófica naturalista, que compreenda o humano a partir de uma perspectiva histórico-natural – como o resultado contingente de um processo indiferente ao seu surgimento, e com certas pré-condições materiais dadas pelo caráter cumulativo da evolução biológica darwiniana. Contudo, isso significa também abandonar uma concepção essencialista do humano, e aceitar que o aparecimento do ser humano é um resultado tardio, mas não um fim – a história da natureza continua. Com o progresso da ciência e da tecnologia, graças ao ritmo acelerado da evolução cultural, nossa espécie encontra-se agora com o poder sem precedentes de alterar de formas radicais sua constituição física e até mesmo sua carga genética. O que restará da imagem tradicional do humano frente a essas novas possibilidades de intervenção? Em que medida o ritmo acelerado da evolução cultural não tornará a nossa própria biologia obsoleta? O que nos garante que a história do pensamento não seguirá por outros meios, encontrando outros suportes materiais? Um materialismo evolutivo, ao compreender geneticamente o humano em termos do seu passado, de um longo tempo histórico, nos ajuda a lançar luz sobre as possibilidades que se abrem no futuro.

## INFORMAÇÃO E COMPLEXIDADE ORGANIZACIONAL

MATULOVIC, Mariana

Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho” UNESP

Câmpus de Marília – Faculdade de Filosofia e Ciências

Pós-doutorado.

E-mail: [marianamatulovic@gmail.com](mailto:marianamatulovic@gmail.com)

O século XX foi marcado por um extraordinário crescimento da ciência e da tecnologia, o que evidencia uma dinâmica própria do conhecimento, marcada por sua incorporação em dispositivos que multiplicam as potencialidades da vida humana. A Ciência da Informação (CI) surgiu em meados dos anos cinquenta, ao final da Segunda Guerra Mundial, em decorrência da disseminação global do uso das redes de computadores. A partir de então, o conceito de informação tornou-se relevante e fundamental para a pesquisa científica. Neste trabalho, pretende-se analisar a relevância do conceito de informação, tal como exposta em Gonzalez (2004) para a tentativa de resolução de problemas de complexidade organizacional nos moldes de Weaver (1991) e também sob o enfoque da teoria de sistemas e da teoria da auto-organização. Propomos, também, avaliar a interrelação desta abordagem com o ambiente algébrico abstrato e sua possível caracterização e expressabilidade dos sistemas organizacionais por meio de uma ferramenta heurística de provas denominada Anéis de Polinômios. A questão que permeia esta parte do trabalho está em analisar “para onde vamos” com uma possível reescrita dos sistemas via anéis de polinômios, e em que sentido a questão  $P \times NP$  poderia ser reavaliada com esta proposta algébrica.

### REFERÊNCIAS:

GONZALEZ, M. E. Q., NASCIMENTO, T. C. A. & HASELAGER, W. (2004). Informação e conhecimento: notas para uma taxonomia da informação, **Encontro com as ciências cognitivas 4**: 195- 220.

WEAVER, W. (1991). **Science and complexity**, Facets of Systems Science, Springer, pp. 449-456.

# **O RUÍDO ROSA COMO SINCRONIZADOR MENTE-CORPO RECRUTADO PELO CORPO PRIMORDIAL: UMA BREVE REFLEXÃO ENACIONISTA DA TEORIA DA COMPLEXIDADE EM PADRÕES COGNITIVO-COMPORTAMENTAIS.**

MENESES\*, Danilo Andrade de;

Biólogo e Mestrando no Programa de Pós-Graduação em História das Ciências, das técnicas e epistemologia, UFRJ.

E-mail: [danilo.eletrof@gmail.com](mailto:danilo.eletrof@gmail.com)

FRÓES, Maira Monteiro;

Doutora em Biofísica pela UFRJ e Professora no Programa de Pós-Graduação em História das Ciências, das técnicas e epistemologia /Instituto Tércio Pacciti de computação e eletrônica, UFRJ.

POMPEU E SILVA, José Otávio Motta.

Doutor em Artes pela UNICAMP e Professor no Programa de Pós-Graduação em História das Ciências, das técnicas e epistemologia /Instituto Tércio Pacciti de computação e eletrônica, UFRJ.

O ruído rosa é uma estrutura auto-similar, uma assinatura biofísica para um tipo de comportamento que desempenha coordenação flexível ideal, além de ser característico dos níveis de saúde dos sistemas biológicos. Experimentos comportamentais demonstram que a sincronia de cognição consciente e não-consciente revela transições de fase nesses sistemas complexos, caracterizando-os como interdependentes. Em adicional a oscilação entre enação e rede de modo padrão converge para a performance do ruído rosa, a vitalidade dos sistema. Seria o corpo primordial o atrator mente-corpo dos sistemas biológicos?

Em meados da década de 90, um programa intitulado neurofenomenologia, cujo objetivo era estudar a experiência humana, foi inaugurado pro Francisco Varela a fim de desvendar os *hard problems* da consciência. Com a implementação visionária de unir a captação dos fenômenos dos processos mentais, necessariamente subjetivos, com a captação por aparelhos neurocientíficos, o programa passou por uma extensa base teórica, sem negar a importância de uma base metodológica rigorosa (BAGDASARYAN & LE VAN QUYEN, 2013). A abordagem de como o Varela compreendia a cognição foi influenciada por uma vertente multidisciplinar, conhecida atualmente como ciências cognitivas. O enacionismo ou atuacionismo, proposto por ele, considera a cognição como uma história de acoplamento estrutural entre redes sensório-motoras e o entorno. Essa relação produziria uma realidade, interagindo por meio de redes de múltiplos níveis, que pode interagir com outras realidades, criando uma realidade continuada ou modelando uma nova, como acontece na evolução das espécies.



O principal legado da escola enacionista é o termo enação que possui forte semelhança com o comportamento interativo entre partículas no nível quântico, mas trazido para as ciências cognitivas como (bio)física clássica newtoniana. Para Varela, os processos cognitivos são a própria vida e a mente, os próprios processos em rede que constroem os sistemas biológicos. Nessa visão, a percepção conteria algumas idiossincrasias além do que o conexionismo pensava. A primeira é que a percepção, que conecta indivíduo com o ambiente, faz uma série de *uploads*: readaptações das informações enviadas para o cérebro, construindo a semiose do que é percebido, em nossa escala de tempo subjetiva. A imagem é reconfigurada em nós, a cada momento, de acordo com o foco atencional do observador. As nossas ações vão sendo guiadas pela ação do observar, através do elo entre o ambiente e os atributos sensório-motores do sujeito (VARELA et al, 2001). O corporal, junto ao sensorial, torna-se o ponto de referência do observar. A segunda: essa nova estrutura relacional do sujeito no ambiente determina como ele pode agir no meio e ser modulado pelo mesmo, o que acaba por emergir o acoplamento que entendemos como enação. A mente, então, torna-se uma extensão corpo-cérebro-mundo (THOMPSON & VARELA, 2001).

Mesmo divergindo de La Mettrie (1982), pensando na mente como a própria vida e não um processo do corpo, Varela propõe, junto com Cohen (1989) que os organismos possuem uma via de acesso ao corpo primordial – a informação biofísica primordial em resposta ao comportamento de união das células – através do afetoemoção. Nesse sentido, o pensamento de La Mettrie caminha junto com o de Varela quando propõe que o princípio motor é o que diferencia a matéria organizada (vida) da desorganizada (GONZALEZ, 1996), condizendo com a etiologia da palavra latina emoção, que deriva de *emovere*, onde o *e-* (prepos. variante de *ex-*) significa "fora" e *movere*, que significa "movimento" (PASQUALE, 1995). O extravasar desse movimento traz em si o sentimento (informação?) que emergência do corpo uma flutuação primordial que não pode ser separada do complexo corpo-cérebro-mundo, marcando uma singularidade com o presente através do afeto. Sendo assim, todos os fenômenos cognitivos são também afetivo-emocionais (VARELA & DEPRAZ, 2000). O afeto não só é o gerador da consciência como está presente em suas fases de transição, planando na fronteira entre o subjetivo e o objetivo.

Após os resultados de seus experimentos com imagens biestáveis chamadas faces de Mooney, Varela concebe a subjetividade como uma reconstrução de falhas dos momentos que estamos sendo guiados pelo automatismo. A consciência, para ele, atuaria quando o automatismo falha ou quando cedemos a ele, voluntariamente. O afeto, então, atuaria justamente nessas falhas, constituindo um mecanismo integrador de resistência a perturbações (RUDRAUF et al., 2003).

Para VAN ORDEN (2011) sistemas complexos como a vida são atraídos por estados críticos, que também se organizam na dinâmica entre os estados. Quando o sistema está prestes a ultrapassar o seu estado crítico, ele aumenta a sua entropia até alcançar a fase transição, em que o nível de desordem cai para níveis menores de que os originais. Essa subtração de entropia do sistema é chamada de entropia negativa ou neguentropia.

Transições de fase não ocorrem unicamente em sistemas vivos. Nós podemos observá-las tanto em reações químicas como no comportamento humano. Mas independente do sistema, eles apresentam um padrão comum como flutuações características e clímax de desacelerações, como observado na relação cérebro/comportamento. Esses padrões são chamados de pontos de catástrofe. A habilidade em exportar desordem coincide o surgimento de novos níveis de respostas para a resolução de problemas cognitivos. Em experimentos em que os indivíduos eram pedidos para girar uma chave em sincronia com a ausência da batida de um metrônomo, os mesmos pontos apareciam como aumentos não-lineares de variabilidade, tanto para as flutuações, como para as desacelerações críticas (KELSO,1992;1995). Os resultados indicaram que o comportamento consciente e não consciente (mente e corpo?) entram em uma disputa prolongada até que o comportamento torna-se harmonioso. É como se olhos e mãos assinassem um acordo de atuar na mesma velocidade. De uma forma inquietante, os movimentos dos olhos revelam os mesmos níveis de transição de fase que o movimento dos dedos, sistemas que poderíamos pensar serem independentes acabam se acoplando e tornando-se interdependentes. Essa interdependência entre os componentes é uma característica dos sistemas complexos. E a aplicação da teoria da complexidade na cognição surge como uma possibilidade de antecipação de acoplamentos entre sistemas (VAN ORDEN et al.,2011).

O ruído rosa é uma estrutura auto-similiar, uma assinatura biofísica para um tipo de comportamento que desempenha coordenação flexível ideal, não sendo nem regular, nem aleatório. Ele se comporta como um atrator entre os ruídos marrom (característico de comportamentos repetitivos) e o ruído branco (característico em comportamentos que tendem ao caos), de forma que ele se afasta dos padrões que se caracterizam por deterioração do sistema. Em oscilação de estados metacognitivos e de apreciação estética no ambiente, o indivíduo que atua sua percepção à maneira enativa, também oscila em estados de divagação mental e de auto-referência corporal como o default mode network. Assim como o ruído rosa, esse estado se aproxima dos níveis de saúde e propiciam o sistema para estados criativos (BUCKNER et al.,2008). Se eles possuem uma correlação direta ou não, bem-estar, estética e transição de fase estão aqui correlacionados em convergência ao sentimento de puro prazer de existência através do corpo, do corpo que se liga com o mundo através do afeto, do corpo primordial.



## REFERÊNCIAS:

- BAGDASARYAN, J. QUYAN, M.L.V. Experiencing your brain: neurofeedback as a new bridge between neuroscience and phenomenology. **Frontiers in human neuroscience**. 2013;v(7).680. DOI: 10.3389/fnhum.2013.00680
- BUCKNER, R.L.; ANDREWS-HANNA, J.R.; SCHACTER, D.L. The brain's default network: anatomy, function, and relevance to disease. **Annal of the New York Academy of Sciences**. 2008. Mar;1124:1-38. doi: 10.1196/annals.1440.011.
- FARIA, E. **Dicionário Escolar Latino-Português**. Ministério de Educação e Cultura. 1967.
- GONZALEZ, M.E.Q. Ação, causalidade e ruído nas redes neurais auto-organizadas. In: DEBRUN, M.; GONZALEZ, M.E.Q.; PESSOA JR., O. (Ed.) **Auto-organização: estudos interdisciplinares**. Campinas: UNICAMP, 1996. (Coleção CLE. v. 18).
- LA METRIE, J.O. DE ([1747]1982), **Homem-máquina**. Lisboa: Estampa. (Tradução de L'Homme-Machine. Leiden: É. de Luzac)
- KELSO. J. A. S. **Dynamic Patterns: The Self-Organization of Brain and Behavior**. Cambridge: MIT Press, Cambridge Mass., 1995.
- KELSO. J. A. S.; BRESSLER .S. L.; BUCHANAN, S.; DEGUZMAN, G. C.; DING, M.; FUCHS, A.; HOLROYD.T.. A phase-transition in human brain and behavior. **Physics Letters A**, 169, 134-144, 1992.
- RUDRAUF, D.; LUTZ, A.; COSMELLI, D.; LACHAUX, J.P.; LE VAN QUIEN, M. From autopoiesis to neurophenomenology: Francisco Varela's exploration of the biophysics of being. **Biological Research** .2003.36(1):27-65.
- VARELA, F.; THOMPSON, E.; ROSCH, E. **A mente incorporada: ciências cognitivas e experiência humana**. Porto Alegre: Artmed, 2001.
- VARELA, F.J.; DEPRAZ, N. At the Source of Time: Valence and the Constitutional Dynamics of Affect. **Journal of Consciousness Studies** . Volume 12, No. 8-10, AugustOctober, 2005.
- THOMPSON, E.; VARELA, F.J. Radical embodiment. **Trends Cognitive Science**. 5(10): 418-425.

## A RELAÇÃO ENTRE MENTE E CORPO PODE SER UMA RELAÇÃO DE CAUSAÇÃO?

OLIVEIRA, Cíntia Roso

Doutoranda em Filosofia pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

E-mail: [cinthiarsm@gmail.com](mailto:cinthiarsm@gmail.com)

Quando alguém tem pesadelos sua respiração se altera, seu corpo apresenta espasmos e ocorre sudorese. São reações semelhantes a um estado de medo real no qual o sujeito está pronto para reagir a qualquer sinal de perigo. Isso mostra como o nosso comportamento e emoções se relacionam aos nossos pensamentos e imaginações. São inúmeros os exemplos de relação entre estados físicos e mentais. Mas tal relação pressupõe que exista algum tipo de causação entre esses estados?

Quando dizemos que alguém ficou com tanto medo que se paralisou, porque pensou ter algum ladrão por perto, estamos pressupondo que um estado mental (crença de que há um ladrão por perto) “causou”, além de outro estado mental (emoção de medo/pânico), também um estado físico (paralisação). Mas será mesmo que essa é uma relação de causação? Este trabalho busca apontar uma possível resposta a essa pergunta. Assim, inicialmente, analisamos o conceito de causa; em seguida, avaliamos se a relação mente-corpo satisfaz as condições para a aplicação do critério de causalidade. Por fim, apresentamos as três diferentes aplicações do conceito de causalidade a fim de conferir se a avaliação anterior está correta.

Hume afirmou que o único fundamento possível para a conexão causal seria a repetição observável dos eventos. Tal conexão é dada pelo hábito de ver que quando ocorre um evento, logo outro o sucede, o que forma a ideia de conjunção constante entre esses dois eventos. E a “semelhança” entre os casos que se repetem é o que indica que a conexão é necessária (HUME, 2001, p. 204-206). Daí que a necessidade é algo que existe apenas na mente e não na natureza (HUME, 2001, p. 207). Por isso, a causalidade seria um princípio epistemológico e não ontológico.

Entretanto, para Mário Bunge a “conjunção constante” apenas mostra que há uma associação entre os eventos, mas a causação deve ser uma categoria de produção de coisas novas (1978, p. 58). Portanto, para Bunge, a causação é um critério ontológico. Então, quer dizer que a relação mente e corpo é uma relação de causação na qual a mente pode “produzir” o corpo e vice-versa?

Isso vai depender de essa relação satisfazer as condições para a aplicação da hipótese causal, são elas: 1. Que as principais mudanças em consideração sejam produzidas por fatores externos; 2. Que o processo em questão possa considerar-se isolado; 3. Que as interações possam aproximar-se por relações agente-paciente; e 4. Que o antecedente e o consequente estejam vinculados entre si de maneira unívoca (BUNGE, 1978, p. 350).

Segundo a primeira condição, as principais mudanças em consideração devem ser produzidas por fatores externos, mas se entendermos “mente” como algo imaterial, conforme o dualismo substancial, esse conceito não indica nada espacial (externo ou interno a algo). Se reduzirmos a mente, como várias teorias materialistas fazem, aos processos cerebrais, até poderíamos compreender a mente como algo interno ao corpo; este produzindo mudanças na mente. No entanto, ainda pareceria estranho, pois o cérebro não é interno ao corpo, mas o constitui, juntamente com outras estruturas. Parece que apenas a relação sujeito-mundo e a relação entre as partes do corpo poderiam ser consideradas nessas categorias espaciais e, portanto, analisadas como relações causais produzidas por fatores externos.

A segunda condição para a aplicação da hipótese causal diz que o processo em questão deve ser considerado isolado. Mas isso pressupõe que minha emoção de medo que paralisou meu corpo poderia ser isolada de outras crenças, emoções e reações físicas? Se sim, não faz sentido dizer que a relação mente-corpo é causal, pois não é possível isolar esse processo de outros. Por exemplo, a crença (aspecto mental  $A_m$ ) de que há um ladrão por perto, produziria a emoção (aspecto mental  $B_m$ ) de medo, que produziria a paralisia (aspecto físico  $A_p$ ) no corpo, e isso pode produzir mais medo (aspecto mental  $C_m$ ) devido à crença (aspecto mental  $D_m$ ) de que ficar parado não vai fazer com que eu me proteja; e isso pode produzir outra crença (aspecto mental  $E_m$ ), de que a polícia pode me proteger, e produzir o desejo (aspecto mental  $F_m$ ) de proteção, juntamente com a crença (aspecto mental  $G_m$ ) de que deveria telefonar para o número 190, e isso produziria a ação de ligar para a polícia (aspecto físico  $B_p$ ). Aqui percebe-se que um aspecto mental não atua isoladamente, mas vários estados mentais parecem surgir quase ao mesmo tempo e fazer surgir um estado físico.

Bunge afirma que qualquer isolamento de uma conexão causal de seu contexto é artificial (1978, p. 142-144). Apesar disso servir como um requisito metodológico e útil para ajudar a explicar certas relações, deve-se ficar atento para o fato de que outros fatores podem estar interferindo. Então, de acordo com o segundo critério, até parece que a relação mente-corpo poderia ser explicada por um determinismo causal, desde que se considerem as devidas limitações do critério.

A terceira condição para a aplicação da hipótese causal afirma que as interações sejam do tipo agente-paciente (BUNGE, 1978, p. 350). Assim, será que faz sentido dizer que se a mente causa modificações no corpo, a mente é ativa, enquanto o corpo é passivo e vice-versa? De acordo com o exemplo anterior, enquanto um aspecto mental,  $A_m$  (crença de que há um ladrão por perto) parece ser ativo em relação a  $B_m$  (emoção de medo) e  $A_f$  (paralisia no corpo);  $A_f$  parece ser ativo em relação a  $C_m$  (emoção de medo),  $D_m$  (crença de que ficar parado não vai fazer com que eu me proteja),  $E_m$  (crença de que a polícia pode me proteger),  $F_m$  (desejo de proteção),  $G_m$  (crença de que eu deveria ligar para o número 190) e  $B_f$  (ligar para a polícia). Assim,  $A_f$  parece ser, ao mesmo tempo, passivo e ativo.

Mas para uma relação ser considerada causal, deveria haver linearidade, ou seja, apenas  $A_m$  deveria causar  $A_f$ , no entanto,  $B_m$  contribui para o surgimento de  $A_f$ ; além disso, apenas  $A_f$  deveria causar  $B_f$ , mas  $C_m$ ,  $D_m$ ,  $E_m$ ,  $F_m$  e  $G_m$  contribuem para o surgimento de  $B_f$ . Portanto, parece que todos esses estados mentais e físicos não funcionam de forma linear, mas em teia. Assim, a relação mente-corpo não atende ao critério da assimetria ativo-passivo e, portanto, não poderia ser um tipo de determinação causal.

Até aqui, a relação mente-corpo não atende a duas das quatro condições para dizer que essa relação é causal, e uma dessas condições não ficou completamente satisfeita. Será que a quarta vai ser satisfeita? Ela prevê que para se aplicar o critério de causalidade à relação antecedente-consequente, ela deve ser unívoca. Então, teríamos que aceitar que “sempre e para todas as pessoas” a crença de que há um ladrão por perto, produziria medo, que produziria paralisia física? Não parece que isso sempre aconteceria da mesma forma em todas as pessoas, nem mesmo numa mesma pessoa em tempos diferentes. Assim, como um mesmo estado mental pode produzir tipos diferentes de ações físicas e mentais, essa relação não é unívoca; portanto, o critério de causalidade não se aplicaria a relação mente-corpo.

Dessa forma, a relação mente-corpo não satisfaz completamente nenhum dos critérios para aplicação da hipótese causal, o que pode ser interessante para pensarmos o ser humano como um ser que se autodetermina e que é livre. Pois o critério de causalidade somente explica a novidade em termos de quantidade, mas não de qualidade.

Porém, “causalidade” tem sido usada para se referir a três coisas diferentes (categoria, princípio ou doutrina). Enquanto categoria, a causalidade implica uma conexão causal particular; por exemplo, entre uma chama de fogo e uma queimadura. O princípio causal afirma que a mesma causa possui sempre o mesmo efeito. Já a doutrina do causalismo

afirma a validade universal do princípio causal, segundo o qual tudo o que existe tem uma causa e esta produz sempre os mesmos efeitos (BUNGE, 1978, p. 15-16). Essas distinções mostram como ora a causalidade se refere a um princípio particular (causação, princípio causal), ora se refere a um princípio geral (determinismo causal) (BUNGE, 1978, p. 16). E afirmar que pode haver conexões causais particulares, não implica que um efeito tenha sempre a mesma causa e vice-versa, e nem que tudo o que existe tenha uma causa externa. As mudanças podem ser simplesmente autodeterminadas e serem resultado de uma combinação de diversos fatores (BUNGE, 1978, p. 233).

Dessa forma, as condições apresentadas acima para a aplicação do critério de causalidade caracterizam a doutrina do causalismo. Segundo ela, para conhecer o efeito, basta identificar a sua causa. Mas isso é um paradoxo, pois ao pretender explicar a mudança, acaba negando a possibilidade de mudança radical que implica a emergência de novas qualidades. Porém, se o causalismo é incompatível com a novidade qualitativa, o princípio causal e mesmo a causação não o é (BUNGE, 1978, p. 233).

Assim, embora a relação mente-corpo não satisfaça os critérios do causalismo, ela não deixa de expressar uma conexão causal particular quando dizemos que uma crença produz um comportamento. E isso pressupõe a novidade qualitativa, o que é compatível com a liberdade humana.

# **HÁBITOS MENTAIS E CORPÓREOS: UMA NOVA PERSPECTIVA SOBRE O PROBLEMA DA RELAÇÃO MENTE E CORPO**

OLIVEIRA, Josiane Gomes de  
Mestranda em Filosofia pela UNESP/Marília  
E-mail: [josy.olvr@hotmail.com](mailto:josy.olvr@hotmail.com)

Neste trabalho, propomos uma análise de questões em torno do problema da relação mente e corpo a partir do conceito de hábito, culminando na proposta subjacente a uma teoria sistêmica de hábitos, a partir dos conceitos de hábitos mentais e hábitos corpóreos. Inicialmente, discutimos o conceito de hábito na proposta dualista cartesiana e o seu estatuto para a resolução do problema da relação mente corpo nesta perspectiva.

Para Descartes (1999), hábito é o que adquirimos por uma única ação e não requer longa prática. Os movimentos do corpo e da alma, segundo Descartes, estão ligados através de movimentos dos nervos e músculos, o que leva a determinadas paixões. Segundo essa perspectiva, o hábito presente nas principais paixões torna-se significante para as ações do corpo.

Em seguida, expomos uma crítica a esta postura, seguindo o filósofo da mente Gilbert Ryle (1949), e expomos a função do hábito para a explicação de estados cognitivos. Para Ryle, hábitos são disposições adquiridas pela repetição frequente de um ato, Ryle aponta que nem todas as ações comumente destinadas ao corpo podem ser consideradas hábitos, existindo a separação entre hábitos e habilidades, dependendo de como a ação é adquirida. Essas duas metodologias consistem em explanar como mentes podem influenciar e ser influenciadas pelos corpos, caracterizando assim hábitos mentais e hábitos corpóreos.

## **DEFINIÇÃO DO CONCEITO DE CONSCIÊNCIA COMO PROPRIEDADES DE SISTEMAS COGNITIVOS E DE RECONHECIMENTO DE PADRÕES.**

PAIVA, Gilberto de

Fatec Osasco

E-mail: [gilbertodpaiva@gmail.com](mailto:gilbertodpaiva@gmail.com)

Uma questão em aberto na ciência cognitiva é como definir o conceito de consciência em função de propriedades de sistemas cognitivos, mais especificamente em função das propriedades de sistemas físicos, principalmente neurais (conexionistas) e sistemas computacionais. Várias funções e propriedades de sistemas cognitivos (complexidade, emergência, integração etc.) foram propostas como tentativas de solução, mas com pouco consenso. Este trabalho apresenta uma proposta para definir o conceito de consciência como mecanismos de reconhecimento de padrões e propriedades de estruturas cognitivas. Para explicar as ideias propostas neste trabalho, e para superar alguma controvérsia existente, discutimos os conceitos de sistemas físicos, sistemas cognitivos, reconhecimento de padrões físico e de reconhecimento de padrões cognitivos. Em seguida, este trabalho propõe uma definição do conceito de consciência como um mecanismo de reconhecimento de padrões de conjuntos de sistemas cognitivos. Para justificar porque essa definição satisfaz à noção geral de "consciência cognitiva" de um sistema físico, discutimos os usos específicos do termo consciência em filosofia, inteligência artificial, animal e contexto humano. Algumas soluções-chave desta definição para alguns problemas associados ao conceito de consciência são: 1) uma distinção dos conceitos de processamento consciente e inconsciente; 2) uma definição de qual é o conjunto domínio e o conjunto imagem da função consciência do ponto de vista matemático e computacional; 3) uma descrição do conceito de auto-consciência e de auto-consciência-cognitiva, o conceito de que um sistema cognitivo pode ter consciência de sua própria mente; 4) uma descrição uniforme do conceito de consciência de máquina (computacional), animal e humana. Tudo é exemplificado em detalhes sobre como um computador pode ter processamento consciente de um conjunto de padrões, e como o mesmo computador não pode ter processamento consciente (inconsciente) de outro conjunto de padrões. Também como uma máquina pode estar consciente de alguns padrões de si mesmo e ter autoconsciência. Um exemplo simples é o sistema operacional e os programas de aplicativos da arquitetura padrão de computador. As definições propostas aqui mostram como um sistema operacional pode ser consciente de alguns dados e atividade de processamento de um computador, e inconsciente dos outros.



## **DIREITO, FILOSOFIA DA MENTE E NEUROCIÊNCIAS: UM DIÁLOGO NECESSÁRIO**

PEREIRA, Julia Gabriela Warmling  
Acadêmica de Direito pela UNIDAVI  
E-mail: [juliagabriela\\_14@hotmail.com](mailto:juliagabriela_14@hotmail.com)

MACHADO, Nivaldo  
Doutor em Filosofia Professor de Filosofia na UNIDAVI

O presente trabalho é oriundo de estudos desenvolvidos através da iniciação científica junto ao "Grupo de Pesquisa em Filosofia da Mente e Ciências Cognitivas", pelo Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí (UNIDAVI). O intuito é trazer ao meio acadêmico as implicações existentes entre três grandes âmbitos do saber, sendo estes: a filosofia da mente, direito e as neurociências. O referenciado estudo é baseado principalmente na obra de Atahulpa Fernandez e Marly Fernandez, intitulada: "Neuroética, Direito e Neurociência: Conduta Humana, Liberdade e Racionalidade Jurídica", além de outras obras como "Ciência psicológica" de Michael S. Gazzaniga e Todd F. Heatherton, "Mente, cérebro e cognição" e "Filosofia do cérebro", ambas de João de Fernandes Texeira. A tarefa é desenvolver um diálogo, interrelação, entre as referidas áreas, já que hodiernamente elas vêm progressivamente impondo novos desafios, sendo de fundamental importância essa conjunção entre filósofos, neurocientistas e juristas. Nesse contexto de novas descobertas e controvérsias que surge com a temática, investigaremos novas áreas do conhecimento como a neurofilosofia e a neuroética. Àquela introduzida por Patrícia Churchland, já no final da década de oitenta e, conforme destaca Fernandez, é uma nova área, que cabe a nós recorrermos ao que sabemos/entendemos sobre o funcionamento do cérebro, para a partir de então melhor definirmos sobre o que significa ser um humano e como ele deve agir e interagir socialmente, ressaltando a constante participação do cérebro. Já a neuroética, dedica-se à busca de uma responsabilidade pessoal em um contexto social e biológico, uma divisão/subseção da neurociência. Nesse aspecto, o que podemos dizer sobre a ética ou ética do cérebro? Veremos que o referenciado autor responde a estas ponderações em sua obra "Neuroética, Direito e Neurociência: Conduta Humana, Liberdade e Racionalidade Jurídica", de uma forma que nos leva a entender que parece não haver em nossos cérebros, áreas e/ou circuitos neuronais responsáveis exclusivamente a desenvolver/produzir pensamentos morais ou éticos, senão a participação de múltiplas áreas ou sistemas que estão distribuídos no cérebro, ao invés de concentrar-se em uma determinada parte. Ao mencionarmos tais âmbitos, não poderíamos deixar de provocar as ambições neurocientíficas com algumas



teorias que tratam ou não da existência da dicotomia mente e cérebro. Ainda neste cenário, enfatizaremos a questão do livre-arbítrio, que em síntese está diretamente ligada a questão mente-cérebro, ética, moral, direito, distinguindo-o dos tipos básicos de liberdades: A sociológica, psicológica e a moral, mencionando ainda as liberdades positivas e negativas. Aliado a este raciocínio, cremos que vale a pena destacar por intermédio das novas tecnologias de imagem funcional, lesões em áreas cerebrais, cujas regiões desempenham papéis cruciais na elaboração de condutas morais ou vínculos com normas éticas, uma dessas áreas que se dará maior ênfase em todo o estudo é o córtex pré-frontal, que desempenha importantes e altas funções no comportamento humano e, conforme Fernandez, tal região torna possível a realização do pensamento racional até mesmo as soluções de problemas, sendo uma área exclusiva do cérebro humano, não sendo encontrado em nenhum outro animal dentro destes aspectos. Destacaremos outras sub-áreas como o córtex pré-frontal; as áreas ventrais do córtex pré-frontal; as áreas ventromediais do córtex pré-frontal e o córtex orbitofrontal, dentre outras, observando as distintas consequências patológicas destas lesões em adultos e crianças, sendo igualmente interessante atentar para o que estas lesões podem provocar nos indivíduos. Buscaremos através de estudos com técnicas de neuroimagem/ressonância magnética, apresentadas na obra principal, as áreas cerebrais que são ativadas no momento em que submetem um indivíduo a tomada de decisões que dependem de um juízo moral/social, tornando possível também identificar através de exames, como por exemplo, as autópsias *post mortem*, que pessoas com comportamento anti-social ou psicopático, possuíam lesões nestas áreas cerebrais. Para melhor elucidar o presente estudo, trataremos do caso de Phineas Gage, que retrata claramente a destruição da parte da região medial do córtex pré-frontal e sua consequência na vida de Gage, tendo sua personalidade totalmente transformada, passando de um indivíduo com a vida normal a um ser rude, com condutas reprováveis, dado diversas situações. Somando os grandes avanços neurocientíficos, investigaremos as implicações destes últimos ao âmbito jurídico, traçando um debate entre neurocientistas e juristas. Algo curioso, e que frequentemente se tem escutado em Tribunais, é o uso do argumento "cérebro" ao invés de termos jurídicos, onde se tem exigido nos processos, em geral, provas advindas de técnicas científicas feitas por expertos da área, e menos a perícia criminal. É notório que as neurociências têm adentrado no meio jurídico e gerado grandes problemas a serem discriminados e/ou desvendados. Outra situação que se dará grande enfoque, diz respeito à questão da menor idade, imaginemos que um sujeito "x" possui 16 anos e este último pratica um terrível crime. Partindo do pressuposto que tal sujeito é cerebralmente normal, será que o referenciado adolescente possui o mesmo nível cerebral de um adulto de 27 anos? Ou seja, será que este indivíduo possui seu córtex pré-frontal completamente amadurecido? É possível constatar através de dados biológicos que

tal área tem seu nível de amadurecimento completo aos 27 anos, devido a suas conexões. Diante disso, é razoável punir o sujeito "x" por um crime que praticou nesta idade e/ou nesta fase de desenvolvimento cerebral? Situações como esta tem gerado grandes discussões em sessões da Corte Suprema dos Estados Unidos, tais pesquisas já levaram os julgadores a abolir a pena a ser aplicada. De momento, como os juristas em nosso país enfrentariam uma situação como esta? E o que diriam os adeptos a ideia da redução da menor idade penal? Para tratar da temática em pauta, utilizaremos de um viés metodológico analítico com um trilhar investigativo, pois entende-se ser mais seguro. No que tange aos resultados obtidos, estes ainda encontram-se em desenvolvimento, tendo em vista que a temática abre novos campos de investigação, para que assim tenhamos um bom grau de assertividade e teorias fundamentadas. Por fim, elencar esta temática na Jornada Brasileira de Filosofia da Mente, propiciará ao meio acadêmico uma noção geral, porém sofisticada, de uma temática de real necessidade e de grande influência no atual período.

## O DEBATE METAÉTICO DA REPRESENTAÇÃO MENTAL DO CONTEÚDO MORAL NA ESTEIRA DO NATURALISMO BIOLÓGICO

PERUZZO JÚNIOR, Léo

Doutor em Filosofia pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

Professor do Programa de Pós-Graduação em Filosofia na PUCPR e

Professor do Departamento de Filosofia da FAE Centro Universitário

E-mail: [leo.junior@pucpr.br](mailto:leo.junior@pucpr.br)

O presente trabalho procurar apresentar aspectos do naturalismo biológico [Searle] como forma de superar as antinomias clássicas no debate metaético sobre a (im)possibilidade de representação mental do conteúdo moral. Esta posição é sustentada a partir da reconstrução do problema instaurado entre cognitivistas e não-cognitivistas, especialmente nas interpretações fornecidas pelo realismo moral de McDowell e pelo quase-realismo de Blackburn. Assim, o pressuposto comum a essas duas teorias tornar-se falso, uma vez que partem da tese de que o conhecimento moral é proposicional. Para sanar esse paradoxo, evitamos uma dicotomia radical entre fatos e valores, isto é, não há ações que podem ser valoradas extrinsecamente ao contexto do seu uso.

No naturalismo biológico, os processos e fatos mentais fazem parte da história biológica tanto quanto a digestão, a mitose, a meiose ou a secreção enzimática, como afirma Searle em *The Rediscovery of Mind*. Consequentemente, por um lado, tratar a representação mental do conteúdo moral em termos estritamente materialistas seria reduzi-los a fenômenos físicos e, por outro, aceitar a hipótese de que poderíamos falar em “objetividade na experiência moral” acarretaria algum tipo de teoria realista. Ao mesmo tempo, postular uma eliminação da psicologia popular [crenças, desejos, intenções etc.] ou um erro categorial no vocabulário utilizado para a descrição do conteúdo moral podem significar argumentos sem solidez epistemológica para a (dis)solução do problema em questão. Para combater tais argumentos, afastamo-nos, especialmente, da concepção de que o conteúdo mental [seja ele moral ou não] é, utilizando-nos de uma expressão de Rorty, um “espelho da natureza”. Sendo assim, a representação mental do conteúdo moral não é um processo que pode ser pensado em termos objetivos ou subjetivos, ou vice versa.

Numa análise histórica, as obras de Diderot *Lettre sur les aveugles à l'usage de ceux qui voient* e *Lettre sur les sourds et muets à l'usage de ceux qui entendent et qui parlent*, por exemplo, parecem expressar adequadamente o objetivo de nosso trabalho, isto é, apresentar que as rupturas metaéticas entre cognitivistas e não-cognitivistas são falsas se, ontológica e

epistemologicamente, foram colocadas na acepção do naturalismo biológico. Partindo das percepções e sensações que os cegos experimentam ao contato com objetos reais que não veem, Diderot afirma que os cegos não teriam, necessariamente, a mesma moral que aqueles com pleno uso da visão. Em outras palavras, as atitudes do cego em relação à sexualidade, à criminalidade, à estética, ao horror ou à geometria, por exemplo, teriam outros parâmetros para a representação mental.

Neste sentido, a assertiva dos argumentos de Diderot permite demonstrar claramente a problemática acerca da possibilidade ou existência de “qualidades morais universais” que deveriam ser cognoscíveis a toda natureza humana. Sendo assim, (1) se cegos e não-cegos mantêm a mesma “representação moral” acerca de objetos reais, então, as qualidades ou propriedades morais poderiam não depender das experiências físicas; (2) se cegos e não-cegos mantêm a mesma “representação moral” acerca de objetos reais e não-reais (por exemplo, os valores), então, estaríamos discutindo a ética formalmente no plano linguístico; (3) se cegos e não-cegos não mantêm a mesma “representação moral” acerca de objetos reais e não-reais, então, poderíamos dizer que apenas os segundos podem experienciar propriedades morais que são reais, (4) se cegos e não-cegos não mantêm a mesma “representação moral” acerca de objetos reais e não-reais, então, devemos concluir que, da mesma forma que os primeiros, os não-cegos também não podem estar objetivamente seguros das propriedades morais que julgam usar adequadamente e, por fim, (5) se apenas os não-cegos podem ter “representações morais” verdadeiras, então, deveríamos saber em que sentido tais representações são objetivas e reais, na medida em que se acredita serem físicas, ou, também, se entre eles (não-cegos) as propriedades morais são experiências subjetivas em primeira pessoa (como no exemplo das qualias).

Como consequência dos argumentos apresentados, mostramos que os estados intencionais, por exemplo, num cego, que permitem “estar consciente de algo”, não atuam de modo autônomo e não determinam condições de satisfação isoladamente a partir exclusivamente da experiência. A vagueza e o mito da objetividade empírica, não descartados pelo materialismo, não abarcam a dinâmica e a flexibilidade que os conceitos e juízos morais adquirem nos jogos de linguagem que fazem parte da forma de vida humana. Neste caso, se não dependemos exclusivamente da percepção e da realidade para formular nosso conteúdo moral, é analiticamente falso o argumento de que cegos não poderiam ter uma “sensibilidade moral”. Aliás, se tal premissa fosse incondicionalmente verdadeira, então, deveríamos primeiramente discutir duas questões: a primeira, se a “percepção” é tão objetiva quanto à realidade ou apenas uma representação neurobiológica e, a segunda,

analisar se uma deficiência na natureza (por exemplo, visual) reduziria a atitude moral e o comportamento “normal” de alguém.

Neste sentido, procuramos mostrar, no decorrer de nossa apresentação, que tanto a posição metaética do cognitivismo como aquela do não-cognitivismo moral passam ao lado de uma interpretação adequada do problema da representação mental do conteúdo moral. Dizer que um juízo moral é cognitivo e, portanto, objetivo, exige aproximar tanto a normatividade fornecida pelas regras morais quanto a objetividade dada pela realidade. Por isso, aceitar este argumento não significa dizer que um juízo é cognitivo porque é verdadeiro ou falso, mas, ao contrário, é cognitivo porque encontra no contexto prático (pragmático) um uso efetivo que lhe confere significação, tornando a compreensão entre os falantes “verdadeira” e a representação do conteúdo possível num universo neurobiológico. Neste sentido, pretendemos abordar, por fim, de que forma os próprios conceitos morais são conceitos linguísticos e, por isso, não se pode pensá-los como derivados de um mundo extra-humano. Precisamos, portanto, utilizando-nos das ferramentas e dos termos wittgensteinianos, analisar a gramática moral de nosso discurso e vê-la de uma forma não-proposicional para pensar o conteúdo da consciência.

## A LINGUAGEM INVESTIGADA NA PERSPECTIVA DA TEORIA DA AUTO-ORGANIZAÇÃO

PICKERING, William A.

Centro de Lógica, Epistemologia e História da Ciência, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, SP

E-mail: [willpickering@yahoo.com](mailto:willpickering@yahoo.com)

GONZALEZ, Maria Eunice Quilici

Departamento de Filosofia e Pós-Graduação em Filosofia, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Marília, SP

E-mail: [gonzalez@marilia.unesp.br](mailto:gonzalez@marilia.unesp.br)

Apoio: FAPESP Processos 2013/11525-7 e 2010/52627-9

No presente artigo, discutimos a hipótese segundo a qual a linguagem humana pode ser considerada um sistema adaptativo auto-organizado. Em defesa dessa hipótese, delineamos, inicialmente, os pressupostos fundamentais da teoria da auto-organização. A seguir, propomos uma comparação entre propriedades gerais das línguas humanas e dos sistemas auto-organizados (ordem global resultante da interação de unidades, estrutura de rede, estrutura descentralizada, robustez, processos de *feedback*, fechamento informacional, estrutura hierárquica, emergência, causalidade recíproca, adaptabilidade). As implicações dessa abordagem são discutidas ao final do trabalho. Os autores concluem que a abordagem de auto-organização pode trazer unidade e coerência para a compreensão de diversos fenômenos linguísticos.

## A APOLOGIA DENNETIANA DA PSICOLOGIA POPULAR: UMA ABORDAGEM A PARTIR DA TEORIA DOS SISTEMAS INTENCIONAIS

PORTO, Charles Alexandre Porto

Graduado em Filosofia pela Universidade Federal de Santa Catarina (2004)

Professor junto à Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí – UNIDAVI

E-mail: [charlesaporto@gmail.com](mailto:charlesaporto@gmail.com)

Segundo Daniel Dennett, a análise do comportamento (ou funcionamento) de um organismo ou estrutura pode ser realizada a partir de três posturas: a postura intencional, a postura de planejamento ou projeto e a postura física. A postura física é a estratégia que busca interpretar o comportamento de um sistema ou estrutura qualquer com base no conhecimento que se dispõe das leis físicas e de suas propriedades. Considere-se, por exemplo, o simples caso de alguém que larga uma pedra do alto de uma ponte. Grosso modo, para prever sua queda em direção à água utiliza-se o conhecimento que se dispõe das leis físicas (no caso, a lei da gravidade) e de suas propriedades (peso ou massa). Por conseguinte, tem-se que a estratégia básica da postura física é o método padrão das ciências físicas. A postura de projeto consiste em prever o comportamento de qualquer coisa com base no seu projeto geral. Como bem observou Dennett, a postura de projeto é um atalho ao qual se recorrer rotineiramente. Basta lembrar que, todos os dias, ligam-se os eletrodomésticos supondo que eles irão funcionar segundo as especificações de seu projeto. Por outro lado, é importante destacar que as previsões realizadas com base na postura de projeto envolvem maior risco do que as que se baseiam na postura física. De qualquer modo, o risco envolvido é facilmente superado por uma consideração à simplicidade e facilidade das previsões da postura de projeto. Além disso, tais previsões eliminam quase que completamente o árduo trabalho requerido pelas previsões de postura física – fator que aumenta em importância se meu conhecimento de física é um tanto limitado. Em suma, as previsões com base na postura de projeto são mais econômicas, embora mais arriscadas, do que as previsões de postura física; mais seguras, contudo, de elaboração mais tediosa. A postura intencional é a estratégia de interpretar o comportamento de uma entidade (pessoa, animal, artefato, qualquer coisa) tratando-a como se fosse um agente racional que governa suas escolhas de ação por uma consideração de suas crenças e desejos. Por conseguinte, a estratégia básica da postura intencional – que segue a mesma estratégia da psicologia popular, diga-se de passagem – consiste em atribuir racionalidade aos sistemas e estruturas tendo em vista prever seu comportamento. As estruturas cujo comportamento pode ser entendido a partir da postura intencional são chamadas por Dennett de sistemas intencionais (*intentional systems*). Inversamente, um sistema intencional é, então, toda estrutura, artefato ou organismo, cujo



comportamento pode ser explicado e/ou predito a partir da postura intencional. Por conseguinte, o que caracteriza um sistema intencional é ele poder ser interpretado como um sistema com crenças e desejos relativamente à tentativa de alguém de prever ou explicar seu comportamento ou funcionamento. Eles exibem, como observou Dennett, intencionalidade. Assim como a postura de planejamento, a postura intencional também funciona como um atalho linguístico na realização de predições. E, como tal, um atalho bastante arriscado. Na verdade, as predições com base na postura intencional são muito mais arriscadas do que as predições de projeto (e física). Em primeiro lugar, porque os sistemas interpretados a partir da postura intencional são muito complexos; o que implica, em segundo lugar, um número maior de hipóteses adicionais que precisamos fazer – supor, por exemplo, que o computador cujo funcionamento se quer explicar “sabe” jogar xadrez; que ele irá jogar segundo o que é estipulado pelas regras do jogo; que ele “deseja ganhar o jogo” e, por isso, irá “escolher” pelas melhores jogadas em detrimento das jogadas estúpidas, entre outras coisas. Não apenas em maior número, mas as próprias hipóteses são mais arriscadas, pois se supõe que o artefato em questão possui estados mentais (crenças, desejos, intenções etc.). Em outras palavras, lhe atribuímos racionalidade. Diferentemente da postura intencional, quando se interpreta o comportamento ou funcionamento de uma entidade qualquer com base na postura de projeto, não se lhe atribui crenças, desejos e intenções. Para predizer o comportamento de uma calculadora não preciso dizer que ela “sabe” matemática, ou que ela “deseja” seguir corretamente todas as minhas orientações, embora isto seja perfeitamente possível em princípio. O processo de atribuição de estados mentais a um sistema intencional tal como proposto por Dennett abre espaço para questões do tipo: os sistemas intencionais possuem realmente estados mentais? Será que os computadores e calculadoras possuem realmente crenças, desejos e intenções? Segundo Dennett, o poder explicativo da postura intencional independe das possíveis respostas a questões desse tipo. A adoção da estratégia intencional é pragmática. Ou seja, independentemente de como se responde a estas questões, a postura intencional ainda é capaz de explicar o que está acontecendo. Não interessa se o sistema em questão possui de fato as crenças, desejos e intenções que lhe atribuímos mediante a aplicação da postura intencional. Ele apenas os possui na qualidade de sistema intencional. De acordo com a definição proposta acima, um sistema intencional é qualquer estrutura cujo comportamento pode ser entendido (explicado e/ou predito) a partir da postura intencional. Um sistema intencional possui crenças, desejos e intenções apenas à medida que estas encerram ferramentas úteis para explicar ou predizer seu comportamento ou funcionamento. Em momento algum é dito que os sistemas possuem realmente estados mentais. Em suma, em sua análise, Dennett procura mostrar que, em se tratando de estruturas cuja constituição e comportamento são muito complexos – como o comportamento humano ou um computador

enxadrista –, a única estratégia capaz de fornecer explicações e previsões viáveis e satisfatórias é a intencional – estratégia esta que segue o modelo da psicologia popular ou do senso comum (*folkpsychology*). Com base nessa constatação, Dennett inicia sua defesa da psicologia popular e da autonomia do nível intencional contra os ataques dos materialistas eliminativistas, como Paul Churchland e Stephen Stich – estes últimos amplamente amparados nas conquistas advindas das ciências da mente, especialmente a neurologia. No cerne de sua defesa encontra-se a tese segundo a qual, não obstante compatíveis entre si, os três níveis de explicação não são redutíveis uns aos outros. Assim como não se pode entender o funcionamento de um computador a partir de um estudo minucioso da composição química do material do qual o mesmo se constitui, por analogia, também não se pode explicar o funcionamento do cérebro com base num estudo de sua composição bioquímica. Dito de outro modo, para Dennett, mesmo que a psicologia e as neurociências atinjam suposto grau de desenvolvimento, isto não significa que a descrição intencional do comportamento humano – tal como realizada pela psicologia popular – possa ser descartada. Ou seja, que se possa descrever os fenômenos mentais em linguagem unicamente extensional. Mesmo tendo à disposição uma descrição física completa para o funcionamento de nosso cérebro, em sua interação com o meio ambiente, pode acontecer de, no máximo, conseguir previsões aproximadas do comportamento humano. Portanto, mesmo que as neurociências atinjam um alto grau de desenvolvimento, a ponto de oferecer uma descrição física completa para o funcionamento do cérebro humano, não se pode prescindir de uma descrição intencional do comportamento humano, tal como empreendido pela psicologia popular. O comportamento humano é um daqueles casos em que o ponto de vista intencional é sempre mais eficaz do que os pontos de vista de projeto e físico. Depreende-se do exposto que o objetivo do estudo consiste em discorrer sobre a defesa dennettiana da psicologia popular a partir da teoria dos sistemas intencionais erigida por Daniel Dennett. A fim de concretizar este propósito, a exposição do mesmo compreende os seguintes momentos: na primeira parte, então, define-se as noções de postura física, postura de projeto e postura intencional. Apresenta-se o exemplo do computador enxadrista, o que auxiliará na visualização da proposta de Dennett e sua posição quanto ao estatuto ontológico dos termos mentalistas. Feito isto, na segunda parte, analisa-se se os três níveis de explicação supramencionados são redutíveis entre si, como querem os defensores do reducionismo, ou apenas compatíveis, como sustenta Dennett, tendo sempre em vista sua defesa da autonomia do nível intencional e sua indispensabilidade para o estudo do comportamento de certas estruturas.

## ANÁLISE SEMIÓTICA DA MENTE: O PROCESSO INFORMACIONAL DE PENSAMENTO<sup>3</sup>

RODRIGUES, Mariana Vitti  
Mestre em Filosofia pela UNESP/Marília  
E-mail: [mary\\_vitti@hotmail.com](mailto:mary_vitti@hotmail.com)

O objetivo deste trabalho é analisar a relação entre informação e pensamento no contexto da filosofia da mente. A questão central que direcionará o presente trabalho pode ser assim formulada: “Qual é o papel desempenhado pela informação no processo de geração e alteração de hábitos?”. Para atingir este objetivo, investigamos o conceito de informação, focalizando seu aspecto semiótico, tal como definido por Charles S. Peirce (1839-1914). Em seguida, analisamos a noção peirciana de mente, destacando o processo de pensamento que se instancia a partir de três tipos de raciocínios: abdução, dedução e indução. Duas hipóteses guiarão o trabalho: (H1) “Informação sobre objetos indica suas características ou predicados, permitindo o ajuste da conduta de organismos situados em seus ambientes”; e, (H2) “o desvelar de informação, no contexto da filosofia da mente, é o combustível do pensamento e, por sua vez, da geração e alteração de hábitos. Em síntese, nosso objetivo é analisar o papel desempenhado pela informação no pensamento, a partir da perspectiva da semiótica peirciana no contexto da Filosofia da Mente.

---

<sup>3</sup> Trabalho premiado em 2º lugar na Jornada Brasileira de Filosofia da Mente.

## **A RELAÇÃO MENTE E CORPO NO PÓS-HUMANO: PROBLEMA E TEORIAS EXPLICATIVAS<sup>4</sup>**

SILVA, Antunes Ferreira da  
Mestre em Filosofia (UFPB)  
Professor de Filosofia da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)  
E-mail: [antunes\\_ferreira@hotmail.com](mailto:antunes_ferreira@hotmail.com)

DANTAS, Andreza Magda da Silva  
Graduada em Filosofia (FAFIC)  
Professora de Filosofia da Secretaria de Educação do Estado da Paraíba  
E-mail: [andreza\\_magda@hotmail.com](mailto:andreza_magda@hotmail.com)

O problema da relação entre mente e corpo é tão antigo quanto a própria filosofia. Remonta aos questionamentos e soluções propostos primeiramente por Platão e, posteriormente, René Descartes, que foram os primeiros a explicar tal problema, gerando uma teoria denominada dualismo, que afirma a existência de duas substâncias: uma material (corpo/cérebro) e outra imaterial (alma/mente). Além destas, outras duas teorias oferecem uma resposta ao problema: o materialismo, que defende a existência de uma única substância: a material; e o funcionalismo, que promete unir o dualismo e o materialismo em uma só teoria para explicar o referido problema, análise que se fundamenta no pensamento do filósofo Jerry Fodor.

A contemporaneidade é marcada por mudanças rápidas, especialmente no que se refere à interação entre elementos físicos e não biológicos, à evolução do corpo humano. Tal época gera o que se denomina o período pós-humano. Assim sendo, tal problemática da relação mente e corpo é hoje tão importante quanto outrora.

O dualismo foi originalmente postulado por Platão e René Descartes.

A concepção dualista em Platão se remete à distinção entre corpo e alma, bem como uma separação entre a realidade sensível e outra suprassensível. “Platão [...] apresenta um sistema filosófico coerente não-animista onde a mente viabiliza a inteligibilidade das funções cerebrais sensíveis. Nesse sentido a questão cérebro/mente é colocada como um problema ontológico” (TRIPICCHIO; TRIPICCHIO, 2004, p. 27). Corpo e a alma, partes diferentes e separadas, compõem o humano. Trata-se do chamado dualismo psicofísico, a defesa de uma dupla realidade ou da consciência separada do corpo.

---

<sup>4</sup> Trabalho premiado em 1º lugar na Jornada Brasileira de Filosofia da Mente.

René Descartes, apontado como o fundador da filosofia da mente por desenvolver uma explicação acerca da relação mente e corpo (cf.: TEIXEIRA, 2009, p. 15), foi um filósofo, físico e matemático que se notabilizou como uma das figuras-chave na Revolução Científica. O sistema esboçado por Descartes é igualmente dualista, pois defendeu que corpo e alma são substâncias distintas. Trata-se de uma distinção de essências motivada pela pretensão de uma física universalista que explique mecanicamente o corpo, sem recorrer a um *telos* (objetivo e/ou finalidade) inerente à substância material.

O materialismo indica toda teoria que atribui a causalidade apenas à matéria. Os primeiros filósofos pré-socráticos haviam esboçado teorias materialistas ao admitir a matéria (*arché physis*) como a única maneira de existência. Deste modo, alguns pré-socráticos como Tales e Demócrito podem ser considerados materialistas, embora este termo só venha ser usado muito tempo depois.

Contraposto ao dualismo, o materialismo destaca-se no século XX. Marcado pelo argumento da simplicidade, é estudado principalmente por U.T. Place, J.J.C. Smart, D. M. Armstrong. “O materialismo é grande moda da filosofia da mente dos séculos XIX e XX. Sua ideia básica é que toda a nossa vida mental nada mais seria do que um programa de variação dos estados químicos e físicos do nosso cérebro” (TEIXEIRA, 2009, p. 22).

O materialismo defende que a mente e o corpo não possuem distinção ontológica. É um sistema monista que estabelece uma única natureza para todo tipo de coisa, para qual mente e corpo são manifestações de uma mesma natureza, a matéria. Conhecido como fisicalismo, argumenta que apenas as entidades físicas existem e que a mente será, um dia, explicada nestes termos. Pretende explicar a mente sem ter que ir além do mundo físico.

A teoria materialista permite algumas variações teóricas: o Behaviorismo (que nega a existência da consciência, pois afirma que os estados cerebrais são reduzidos aos estados comportamentais) e a Teoria da Identidade (que afirma que os estados mentais são idênticos aos estados cerebrais, ou seja, são reduzidos a estados cerebrais). O reducionismo é uma característica do materialismo.

O funcionalismo, entendido nas ciências humanas para indicar teorias e métodos de pesquisas que fazem uso do conceito, diversamente entendido e definido de função, indica que os eventos mentais seriam classificados por funções, ou seja, por papéis operacionais ou causais, e não por uma constituição material específica. “O funcionalismo, como o nome implica, concebe a mente como uma função” (MASLIN, 2009, p. 129).

Assim, a teoria funcionalista é aquela segundo a qual torna o estado mental no tipo de estado que ele realmente é, por exemplo, uma dor, um odor e uma crença é um conjunto distintivo de relações funcionais, e seu papel consiste na moderação comportamental do sujeito. “O funcionalismo implica uma postura monista materialista não reducionista. [...] Esta concepção sustenta que estados mentais são definidos e caracterizados pelo papel funcional que eles ocupam no caminho entre input e o output – ‘a caixa-preta’ – de um organismo ou sistema” (TRIPICCHIO; TRIPICCHIO, 2004, p. 86).

A analogia mente-computador é um item complementar na teoria funcionalista, a comparação consiste nas partes internas e externas de um computador, no qual a mente seria o software, a parte interna responsável pela qualidade dos instrumentos de manipulação formal de símbolos, e o cérebro seria o hardware, a parte externa, assim podemos entender que tanto o software/hardware como mente/cérebro, são coisas distintas, no entanto dependem um do outro.

Para o funcionalismo não existem substâncias ou conteúdos não-físicos e toda ocorrência mental é ela própria inteiramente física. Além disso, diferentemente do behaviorismo e da teoria da identidade, o funcionalismo não implica estritamente que a mente seja física; isso pode ser verdade em relação a mentes não-físicas, a exemplo de máquinas, computadores e robôs, na medida em que essas mentes conseguissem realizar atividades que pudessem ser consideradas inteligentes. “Nos últimos 15 anos, surgiu uma filosofia da mente chamada de funcionalismo. Essa Filosofia não é nem dualista nem materialista é o resultado de uma reflexão filosófica sobre os desenvolvimentos da inteligência artificial, da teoria computacional, da linguística, da cibernética, e da psicologia” (FODOR *apud* BONJOUR, 2012, p. 2).

O funcionalismo tem como pressuposto sua oposição ao dualismo e uma tendência ao materialismo. Jerry Fodor, filósofo americano, é apontado como um dos principais instituidores desta teoria: “o funcionalismo, que é uma tentativa de fornecer uma explicação filosófica desse nível de abstração, reconhece a possibilidade de sistemas tão diversos como os seres humanos, as máquinas de calcular e os espíritos desencarnados podem ser estados mentais. Segundo a visão funcionalista, a psicologia de um sistema não depende da matéria a partir da qual ela é feita (células vivas, energia mental ou espiritual), mas sim do modo como ela é arranjada. ‘Funcionalismo’ é um conceito difícil e uma das maneiras de lidar com ele é rever as deficiências das filosofias dualistas e materialistas que ele pretende substituir” (FODOR *apud* BONJOUR, 2012, p. 2).

O filósofo não nega que a explicação funcionalista dada ao problema mente e corpo é um pouco mais complicada do que as outras, no entanto, o funcionalismo, de fato, combina



os aspectos das teorias prévias numa única visão, indicando os pontos fortes e fracos de cada teoria, e argumentando que o funcionalismo é a teoria mais plausível de aceitação.

Segundo Fodor, o dualismo não pode ser considerado uma resposta possível de aceitação porque mostra inúmeras contradições ao longo do caminho, a mais visível é a causação psicofísica, sendo um erro afirmar que uma substância imaterial possa causar o material ou físico. Embora existam vários tipos de causação psicofísica, não há como admitir a causação do físico a partir do não físico, o que poderíamos admitir seria apenas uma interação e não causação. “O principal inconveniente do dualismo é o seu fracasso em explicar adequadamente a causação mental” (FODOR *apud* BONJOUR, 2012, p. 2).

No materialismo também se percebem algumas falhas, pois o behaviorismo ignora o aspecto interno de nossos estados mentais, admitindo somente a existência dos estados cerebrais, que resulta na redução dos estados mentais aos estados cerebrais, ousando negar definitivamente a existência da consciência.

A teoria da identidade, por reconhecer a possibilidade de causas mentais interagirem causalmente sem gerar efeito comportamental, erra quando reduz todos os efeitos da mente à matéria, não reconhecendo a importância da existência de uma substância não física.

Embora Fodor apresente os pontos fracos das teorias materialista e dualista, o funcionalismo carrega em si características das duas teorias, e principalmente do materialismo, por isso, é possível identificar o funcionalismo como mais uma teoria materialista assim como o behaviorismo, e a teoria da identidade. No entanto, Fodor pretende fazer uma interação entre as duas teorias, eliminando os pontos fracos e unindo os pontos fortes, no intuito de oferecer uma resposta mais provável de aceitação, chegando a uma teoria materialista que aceita a existência de uma substância imaterial e possa ser considerada a teoria mais preferível entre todas.

Portanto, a teoria funcionalista consiste na elaboração de uma terceira explicação acerca do problema mente e corpo, no intuito de unir o dualismo e o materialismo numa explicação, para que, enfim, se possa chegar a um materialismo defensável, resultando na teoria funcionalista, que se tornaria a explicação mais plausível de aceitação.

Deste modo, diante do hodierno problema do pós-humano, o funcionalismo pode ser também a explicação mais plausível de aceitação, uma vez que entende a interação entre o orgânico e o inorgânico numa produção de “estados mentais” daqueles sobre estes, quando inseridos ou enxertados no corpo humano.



## O CIRCUITO DE INFORMAÇÃO-COMUNICAÇÃO ENTRE O PROFISSIONAL E A MULHER ASSISTIDA NA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE<sup>5</sup>

SILVA, Eunice Almeida

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Univ. de São Paulo EACH-USP.

E-mail: [eunice.almeida@usp.br](mailto:eunice.almeida@usp.br)

Esta pesquisa teve como principal objetivo analisar o circuito de informação-comunicação entre o profissional e a mulher assistida. O estudo foi realizado em uma Unidade Básica de Saúde (UBS), localizada na zona Leste da cidade de São Paulo - Brasil. A UBS investigada é composta por profissionais contratados pelos três níveis de governos: municipal, estadual, federal e também pelas Organizações Sociais de Saúde (OSS). A pesquisa classifica-se como exploratória e descritiva. Exploratória uma vez que se tentou aproximar do problema identificado por meio de entrevistas realizadas com os profissionais de saúde; descritiva porque se pretendeu descrever os fatos, fenômenos da realidade experimentada na UBS em estudo. A pesquisa exploratória tem como principal finalidade proporcionar maior familiaridade com a questão-problema, visando construir hipóteses. (GIL, 2007); a pesquisa descritiva visa descrever os fatos e fenômenos de uma dada realidade (TRIVIÑOS, 1987).

Em um universo de 06 enfermeiras, foram entrevistadas 04 enfermeiras; 01 assistente social de um universo de 02. A seleção dos profissionais foi feita com base na disponibilidade dos mesmos voluntariarem-se para participar da pesquisa. As entrevistas foram guiadas por um roteiro semi-estruturado norteado pela questão-problema: **1- Quais informações são privilegiadas pelos profissionais durante o atendimento à saúde da mulher? 2-Como se estabelece a relação profissional e a mulher assistida?**

Todos os profissionais entrevistados possuíam tempo de trabalho superior a 03 anos em serviço público; 02 profissionais tinham tempo de trabalho inferior a 01 ano na Unidade Básica de Saúde estudada; a maioria dos profissionais foi formada em universidades públicas.

Quanto à questão-problema: **quais informações são privilegiadas pelos profissionais durante o atendimento à saúde da mulher?** Percebe-se pelas falas dos profissionais que há esforços para atender a população com eficiência e estabelecer uma relação de confiança com a mulher assistida. Porém, o processo de trabalho por meio de alcance de

5 Pesquisa financiada pelo Programa Novos Docentes da Universidade de São Paulo-USP.

metas parece inviabilizar estes esforços; em decorrência, as ações ficam reduzidas aos aspectos biológicos/clínicos:

*(...) eu vou focar (...) em sinais e sintomas porque eu tenho pouco tempo para fazer a anamnese, que são as perguntas do seu processo de vida (...) infelizmente o tempo estipulado e a cobrança de produção provoca uma queda vertiginosa na qualidade da consulta (...)(Prof.1).*

*(...) a consulta não é só corpo, só sintomas fisiológicos (...) você precisa conhecer quem é aquele ser humano, de onde vem essa cefaleia? O que essa mulher tem por trás dessa cefaleia? Que história de vida trouxe essa sensação? Isso é só fisiológico? Ou isso tem um componente psicológico? Mas infelizmente não existe mais medicina de família como era antigamente (Prof. 2).*

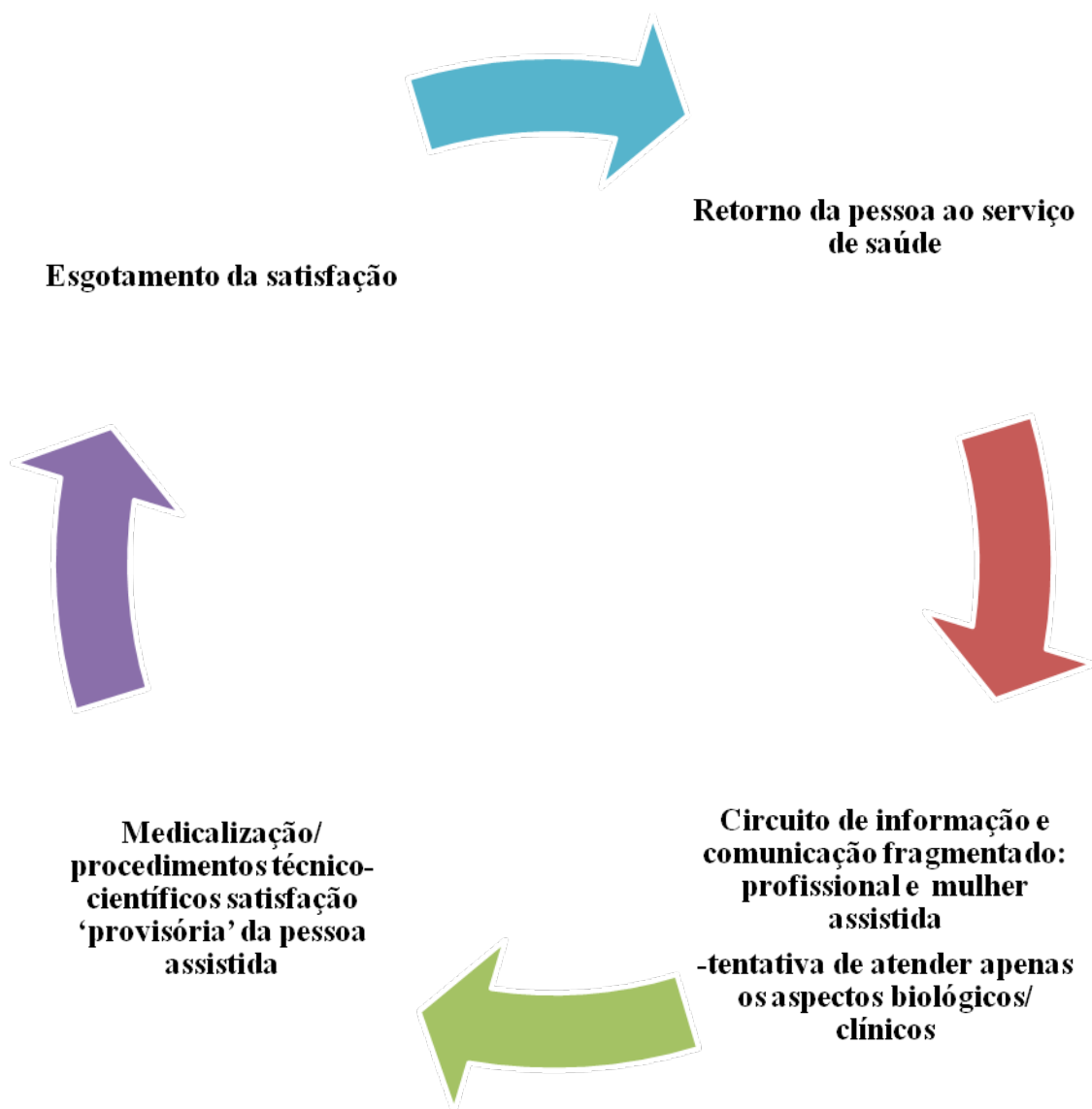
Quanto à questão problema: **como se estabelece a relação profissional e a mulher assistida?** A maioria dos profissionais acredita que a relação entre eles e a mulher assistida fica limitada e que este limite é atribuído principalmente ao processo de trabalho existente na Unidade Básica de Saúde.

*(...) a gente vive um processo de trabalho muito alucinado, alucinante mesmo, a gente recebe a todo instante um conjunto de cobranças, de metas que você tem que cumprir (...) parece que muita gente que está nos cargos superiores vai jogando de lá pra cá responsabilidade: façam isto, façam aquilo (...), não entendem que aqui em baixo nós temos uma equipe reduzida que não tem pernas para dar conta daquilo que eles querem que dê conta; e aí você é obrigada a dar conta de metas, de um número de consultas, visitas, isto também engessa o próprio processo de comunicação, reflete no resultado final da nossa atuação. Então é complicado falar em qualidade, comunicação quando eu tenho que dar conta destes números, é muito complicado (Prof.1).*

Os profissionais, de maneira geral, acreditam que o circuito informação-comunicação estabelecido durante o atendimento à saúde, não é contextualizado de maneira a fazer sentido à rede de significados da mulher assistida, o que dificulta uma relação capaz de formar vínculos sólidos.

**A relação do profissional e a mulher assistida a partir do circuito de informação e comunicação**

As falas dos entrevistados nesta pesquisa denunciam a dificuldade de estabelecer um circuito completo entre o profissional de saúde e a pessoa assistida; esta dificuldade acentua a distância entre os objetivos que o profissional quer atingir dos objetivos que a mulher pretende alcançar com o apoio do profissional, o que favorece a formação do seguinte ciclo vicioso:



Esquema 1: ciclo vicioso

Este ciclo vicioso mostra a entrada da mulher no serviço de saúde, a tentativa dos profissionais em atender as queixas pela valorização dos aspectos biológicos/clínicos, a consequente medicalização/realização dos procedimentos técnico-científicos, gerando uma satisfação provisória a mulher atendida, o esgotamento dessa satisfação e o retorno da mulher ao serviço de saúde. O retorno geralmente se dá mediante a uma queixa ainda mais grave do que a anterior. Sob este raciocínio não se quer dizer que a queixa relacionada aos aspectos fisiopatológicos não deva ser tratada, mas deveria também ser contextualizada nos múltiplos circuitos informacionais e comunicacionais que a mulher estabelece sobre os

aspectos econômicos, sociais, culturais, dentre outros; essa contextualização reforçaria a relação entre o profissional e a mulher por meio da confiança.

O que poderia minimizar essa situação seria o entendimento do profissional quanto à lógica explorada por Bateson (2008): da percepção do que é símbolo e da relação deste com a realidade sensível; a relação do profissional com a mulher assistida seria fortalecida pela possibilidade de resgatar na queixa da mulher aspectos do ‘sagrado’, ou seja, da associação entre as ideias expressas pelo dito e pelo não dito verbalmente, mas que poderia ser manifestado de outras formas.

O profissional poderia compreender essa lógica para auxiliar a mulher assistida a ressignificar a sua queixa; isto mostraria o estabelecimento de um circuito completo de informação e comunicação entre os envolvidos. O entendimento da lógica do circuito de informação e comunicação na mente, por parte dos profissionais de saúde, poderia contribuir para a quebra do círculo vicioso, demonstrado anteriormente, uma vez que o profissional poderia executar suas ações considerando vários aspectos das informações recebidas, contextualizando-as dentro de um “todo” representado pela mulher atendida. Este “todo” seriam as múltiplas possibilidades de significados das informações e comunicações ressignificadas pela própria mulher.

O circuito de informação e comunicação é contextualizado nas ações dos seres humanos para considerarmos algum fenômeno; por exemplo, uma queixa, um choro, um sorriso, dentre outros. É necessário considerá-los dentro de um “contexto de todos os circuitos completos que sejam relevantes para esse fenômeno.” (BATESON). Isto significa que os circuitos são comunicacionais, ou seja, comunicam-se com ele mesmo e com outros.

Entende-se que a mente e o circuito informacional e comunicacional está continuamente em construção e se completa a partir da consideração de todos os fenômenos (queixas, gestos, ações, procedimentos técnicos, dentre outros) estabelecidos nas relações. As queixas clínicas trazidas pela mulher estariam contextualizadas aos aspectos sociais, econômicos, culturais, educacionais, dentre outros. O circuito informacional-comunicacional seria completo quando as informações transmitidas pelo profissional de saúde se acomodassem no campo de significação da mulher. Por exemplo, a elaboração do plano de cuidados pelo profissional teria a cooperação direta da mulher assistida, seria elaborado de maneira criativa permitindo as possibilidades múltiplas e diversas de significações e representações; o profissional favoreceria aberturas para manifestações sensíveis apresentadas pela mulher que poderia

dizer respeito aos múltiplos aspectos constituintes do ser humano; “o profissional utilizaria o conhecimento técnico-científico de maneira a acomodá-lo a outros tipos de conhecimentos, uma vez que haveria a diluição do poder que este traz ao profissional da saúde sobre o enfermo, ou a pessoa que requer cuidados” (SILVA & ROMANINI, 2014).

Os resultados desta pesquisa mostram a fragilidade da relação entre o profissional e a mulher assistida; essa fragilidade é reforçada por diversos fatores expostos nos cenários das práticas: um desses fatores é o processo de trabalho que se realiza de maneira a contribuir com o seguinte paradoxo: por mais que os órgãos governamentais desprendam esforços criando programas voltados a um atendimento sensível, capaz de compreender os seres vivos de maneira sistêmica, a finalidade do processo de trabalho nos serviços públicos de saúde, muitas vezes, dificulta o estabelecimento de uma relação de confiança entre o profissional e a pessoa assistida.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

- BATESON G. **Una unidad sagrada, Barcelona**: Editorial Gedisa S.A., 2006.
- \_\_\_\_\_. **Mente e Natureza**, Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S.A., 1986.
- GIL, AC. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- TRIVIÑOS, ANS. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

## CONCEPÇÕES DE CUIDAR NA ELABORAÇÃO DO PLANEJAMENTO PARA A SAÚDE DA MULHER<sup>6</sup>

SILVA, Eunice Almeida

Prof<sup>a</sup> Dra.de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo –EACH- USP

E-mail: [eunice.almeida@usp.br](mailto:eunice.almeida@usp.br)

FLORES, Quezia Rebeca Silva

Discente do curso de graduação em Obstetrícia da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo-EACH-USP

TURNO, Thaís Aparecida Alves

Discente do curso de graduação em Obstetrícia da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo-EACH-USP

O presente estudo teve como principal objetivo analisar as concepções de cuidar na elaboração do planejamento para a saúde da mulher. Para tanto, percorreu-se duas etapas: na primeira etapa realizamos uma revisão bibliográfica em bases de dados, *Scielo*, *Lilacs* e *Medline*, utilizando os seguintes descritores combinados pelo operador *booleano and/or*: Plano/planejamento do cuidado; cuidado de enfermagem; Padrões de Cuidado Materno; Saúde da Mulher. Na base de dados *Medline* utilizamos, *planning patient care; nursing care; maternal care; women's health*. Consideramos artigos publicados entre 2003 a 2013. Esta etapa metodológica foi norteada pela seguinte questão: **Qual a concepção de cuidar/cuidado e de plano/planejamento do cuidado, no campo da saúde da mulher, que a literatura traz?**

A segunda etapa foi desenvolvida, no ano de 2014, em uma Unidade Básica de Saúde (UBS), localizada na zona Leste da cidade de São Paulo-SP-Brasil. Foram realizadas entrevistas com os profissionais de saúde que possuem ensino superior; as entrevistas foram guiadas por um roteiro semi-estruturado, gravadas e transcritas posteriormente. Foram entrevistados 05 profissionais: 04 enfermeiras e 01 médica. O quadro geral dos profissionais lotados na UBS investigada era composto por 06 enfermeiras e 05 médicos. Dos 05 profissionais entrevistados, 02 eram formados há mais de 20 anos; uma há 18; uma há 11 e outra há 08 anos. Desses 05 profissionais, 03 trabalham na UBS há 04 anos, uma há 06 e outra há 03 anos. Todas as entrevistadas disseram elaborar planejamento de cuidados. Esta etapa metodológica foi norteada pela seguinte questão: **Sob qual(ais) base(s) teórica(s) são elaborados os planejamentos de cuidados para a saúde da mulher?**

---

<sup>6</sup> Pesquisa financiada pelo Programa Institucional de Iniciação Científica da Universidade de São Paulo- PIBIC-USP.



Na revisão bibliográfica realizada foram encontrados registros de 2671 trabalhos com os descritores plano/planejamento do cuidado; cuidar/cuidado de enfermagem; padrões de cuidado materno e saúde da mulher. Desses foram identificados como adequados para este trabalho, por contemplar plenamente a temática, 389 artigos os quais foram lidos os resumos; foram excluídos 203 entre teses e editoriais. Trabalhamos com um total de 186 artigos, lidos integralmente e separados pelo foco da temática.

Os artigos classificados com a temática cuidar/cuidado de enfermagem; padrões de cuidado materno no campo da saúde da mulher mostram, de maneira geral, que a qualidade do cuidado depende do profissional de saúde, de sua atitude e de sua sensibilidade voltada para um cuidar humanizado. Nesses trabalhos a percepção de cuidar/cuidado é demonstrada pelas palavras solidariedade, cooperação e autonomia envolvendo a mulher assistida. Alguns dos trabalhos como o de Pinheiro & Bittar (2013); Rodrigues & Siqueira (2008), apontam a necessidade de o cuidado estar fundamentado no diálogo entre a mulher e o profissional de saúde. São trabalhos que, de certa maneira, enfatizam a importância do processo de informação-comunicação como base do cuidado prestado.

Trabalhos como o de Rodrigues *et.al.* (2006) analisa as representações sociais de puérperas sobre o cuidado de enfermagem e os ensinamentos recebidos durante o ciclo puerperal, acerca do autocuidado e do cuidado com seu filho. Os autores dizem que, na maioria das vezes, a mulher é considerada como deficiente de informações, necessitando de uma rede de cuidados para torná-la apta ao desempenho satisfatório da maternidade. Esses autores afirmam ainda, que o planejamento elaborado pelo enfermeiro, durante as consultas de pré-natal, deveria ser baseado na escuta atenta sem julgamentos, respeito às necessidades, disponibilidade, autenticidade, confiança, diálogo, preservação da individualidade do outro e troca de experiências, a fim de que o cuidado pudesse transcender a biologia e abranger aspectos das várias dimensões do ser.

Kuhlmann & Magalhães (2010) mostram o cuidado como uma forma de disciplinar os corpos da população entre os anos de 1920 a 1940. Por meio de um levantamento bibliográfico sobre os almanaques de farmácia, os autores dizem que esses não se restringiam somente aos anúncios de remédios, cumpriam outros papéis como: calendário agrícola, religioso e cívico, veículo de educação sanitária, substituto do médico inacessível, livros de atividades e de leituras para adultos e crianças. Nesse período o cuidado foi atrelado ao projeto de modernização da sociedade brasileira, por meio de uma infância bem-cuidada e disciplinada. A preocupação voltava-se para os aspectos educacionais em atividades como jogos e passatempos, artigos e editoriais sobre o cuidado com a higiene corporal.



A maioria dos artigos concebe cuidar/cuidado como o estabelecimento do vínculo entre o profissional de saúde e a mulher assistida. Esse vínculo expressa-se por diversas maneiras: pelo acolhimento, solidariedade, pelas ações técnicas realizadas, o diálogo, dentre outros. Muitas vezes o cuidar é concebido pelo profissional de saúde como sendo a realização dos procedimentos técnicos, mas quando esses procedimentos ganham preponderância, geralmente, são desconsideradas as concepções de cuidar da pessoa que está sendo assistida.

De maneira geral, os profissionais de saúde entrevistados utilizam como base teórica na elaboração dos planos de cuidados os Protocolos/Manuais desenvolvidos pelo Ministério da Saúde, os diagnósticos de enfermagem estabelecidos pela North American Nursing Diagnosis Association (NANDA) e os Processos de Enfermagem (PE).

Quanto às entrevistas realizadas verificou-se que os profissionais de saúde, frequentemente, utilizam como base teórica na elaboração dos planos de cuidados três ferramentas: 1) os Protocolos/Manuais desenvolvidos pelo Ministério da Saúde; 2) os Diagnósticos de Enfermagem estabelecidos pela North American Nursing Diagnosis Association (NANDA); 3) os Processos de Enfermagem (PE)

Os protocolos clínicos elaborados pelos órgãos públicos são utilizados como uma importante ferramenta para guiar as ações na área da saúde. São resultados de esforços, por parte das políticas públicas, para aprimorar o sistema de atendimento do Sistema Único de Saúde (SUS) e qualificar a atenção aos usuários desse sistema. Geralmente os protocolos são pautados nos conhecimentos técnicos e evidências científicas. A questão que se coloca é se o uso restrito dos protocolos/manuais, por parte dos profissionais, para elaboração do plano de cuidados seria capaz de atender, em amplo espectro, as necessidades trazidas pela mulher assistida? Parece que fica difícil atender tais necessidades em sua amplitude, uma vez que a finalidade maior dos protocolos/manuais é o atendimento das queixas relacionadas aos aspectos fisiopatológicos.

Também foram revelados os esforços dos profissionais entrevistados para escuta da mulher atendida, na tentativa de elaborar um plano individualizado e que faça sentido para a mulher,

*“Durante a consulta, depende do que o paciente traz, você vai elaborar o plano de cuidados para aquele momento, para aquela queixa, para aquele atendimento.”* (Marte).

Verificou-se que todas as profissionais entrevistadas falaram do processo de trabalho em saúde como um fator determinante para dificultar o cuidar de maneira qualitativa:

*“(...) às vezes você gostaria de ter mais tempo de consulta para elaborar (o plano de cuidados), mas o nosso tempo é curto, o enfermeiro tem vinte minutos, e às vezes a pessoa chora uma hora no seu consultório (...). Por exemplo, hoje temos quinze pessoas para fazer em três horas o Papanicolau (...).” (Sol).*

O profissional de saúde poderia escolher trabalhar orientado pela visão complexa de ser vivo, mesmo considerando o processo de trabalho que tem como finalidade atingir metas. Consideraria vários aspectos das informações recebidas, contextualizando-as dentro de um “todo” representado pela mulher atendida. Este “todo” seriam as múltiplas possibilidades de significados das informações e comunicações ressignificadas pela própria mulher.

Esta pesquisa mostra, de maneira geral, que as concepções de cuidar e de planejamento do cuidado para a saúde da mulher, muitas vezes, ainda estão atreladas, exclusivamente ao saber técnico científico. Isto estabelece uma relação de poder do profissional sobre os corpos das mulheres assistidas, desqualificando-as quanto ao conhecimento sobre seu próprio corpo.

O profissional poderia sentir-se valorizado pela possibilidade de criar o planejamento de maneira dinâmica, com base nas demandas da pessoa assistida e em parceria da mesma nessa criação. Esse planejamento contemplaria as concepções da mulher e de sua família, os aspectos fisiopatológicos, sentimentais, as evidências científicas, os procedimentos técnico-científicos; favorecendo maior ‘leveza’ para o auto-cuidado, o que permitiria coletar informações avaliativas com o propósito de mensurar indicadores qualitativos no atendimento a saúde. (SILVA; ROMANINI, 2014).

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

KUHLMANN M. J.; MAGALHÃES, M.G.S. **A infância nos almanaques: nacionalismo, saúde e educação (1920-1940)**. Educação em Revista | Belo Horizonte | v.26 | n.01 | p.327-350 | abr. 2010.

PINHEIRO B.C., BITTAR C.M.L. **Expectativas, percepções e experiências sobre o parto normal: relato de um grupo de mulheres**. Fractal, Rev. Psicol., vol.25, nº3, Rio de Janeiro, Set./Dez. 2013.

RODRIGUES D.P, FERNANDES A.F.C, RODRIGUES M.S.P. **O domicílio como espaço educativo para o autocuidado de puérperas: binômio mãe-filho**. Enferm., vol.15, nº2, Florianópolis, Abr./Jun. 2006.

SILVA, E. A.; ROMANINI, A. V. **A formação do profissional de saúde na perspectiva da semiótica**. Cadernos de Semiótica Aplicada, v. 12, n. 2 (2014).

## VERDADE E MENTIRA, VERDADE E FALSIDADE: A COMPLEXIDADE DO JUÍZO FRENTE À MENTE E O INTELLECTO.

SILVA, Silva Marcos

Doutorando (PUC-SP)

E-mail: [freemarcos1@yahoo.com.br](mailto:freemarcos1@yahoo.com.br)

Para falar em verdade é necessário que haja mentes que pensem em formulações intelectuais e criem critérios no juízo, que podem transpor e reconstruir a realidade através de uma rede de manipulações técnicas. Isso porque, na decorrência em reconhecer as questões que se referem às verdades, é necessário compreendermos que somos passíveis a erros. Nesta perspectiva, pode haver várias verdades contraditórias, pois, diferentes homens podem encontrar utilidade em um “sistema” oposto de juízo, desenvolvido por afirmações contraditórias tais como “verdade e falsidade”. Como poderíamos então acreditar em certas teorias criadas por verdades “técnicas” sem haver algo como o conhecimento do que é “verdade” na mente? Não sem motivo, nem toda manipulação “técnica” da verdade oferece à plena luz garantia de sua veracidade, em grande parte devido ao caráter problemático das entidades a que fazem referência.

"O que é a verdade"? Sobre este conceito de verdade é que o jovem Friedrich Nietzsche (1844-1900) escreve um de seus escritos em 1873, antes intitulado como o Sobre *pathos* da verdade. Nietzsche nos propõe, em seu texto, um caminho de genealogia arquitetônica, uma “destruição” de pré-conceitos para formular novos conceitos, não como um novo conhecimento, mas novos conceitos, para nos guiar de maneira pretensiosa, na busca, pelo caminho da razão, dos princípios determinantes para chegar à possibilidade de descobrir o objeto de seu estudo: a verdade, um tema que Nietzsche não perderá durante sua trajetória intelectual. Verdade e Mentira é um texto em que Nietzsche excita e prenuncia sua análise genealógica dos anos de maturidade, perspectiva que toma o *pathos* como o ponto de partida para desvendar o que é o conhecimento que se produz a respeito do mundo e, quais as suas possibilidades de interpretação. Trata-se de um texto, por assim dizer, inaugural, a partir do qual Nietzsche investirá contra a filosofia moderna e, depois, desenvolverá temas ligados à teoria do conhecimento, já aí presentes. Usando o artifício de uma fábula possível, como ele mesmo nos diz.

Dentro desta mesma perspectiva, encontramos Bertrand Russell (1872-1970) no texto *Da Natureza da Verdade e da Falsidade*. Um trabalho de poucas páginas, mas de intensa

complexidade, que pretende entender os significados das questões relativas à verdade como um princípio primeiro, para que, depois disso, elas possam ser formuladas.

O que mais se destaca na obra de Russell é saber qual a natureza das coisas. É necessário conhecê-las; e saber o que são. A questão, a saber, é: as coisas são realmente como são quando se pretende conhecê-las? O texto a ser analisado, *Da natureza da Verdade e da Falsidade*, propõe-se a discutir um problema de caráter epistemológico. A questão seguinte é: como é possível entender como o conhecimento pode ser verdadeiro? O que é a verdade ou a falsidade de um conhecimento? E, neste caso, o que é a verdade em uma estrutura mental?

O ser humano configura e “julga” seu próprio ser interior e seu agir exterior segundo uma imagem daquilo que lhe convém. Com relação à mente, Russell não nos fala de dissimulação, mas mostra a relação que a mente tem com o objeto: “Os juízos consistem, também, de relações da mente com os objetos”. Em Nietzsche, é absurdo estabelecer uma relação de causalidade entre coisas de natureza diversa, como são os impulsos, a imagem e o som; como é também absurdo estabelecer uma correspondência entre sujeito e objeto.

A mente por sua própria necessidade, na formulação de juízos, provoca erros na busca de elaborar juízos verdadeiros. Não podemos afirmar que o que Nietzsche chama de “intelecto”, Russell irá chamar de “mente”. Em ambos, é lícito dizer que se trata de uma mesma relação com a verdade. Juízo algum consiste em relação direta com o objeto, neste caso, torna-se incompreensivo dizer qualquer juízo, verdadeiro ou falso, mesmo porque, teríamos que separar o próprio juízo que se define como juízo mental. Sendo uma relação entre mente e objeto, não poderíamos negar os juízos falsos. Neste caso estaríamos criando na mente juízos falsos e, fundamentando crenças em falsas mentiras em sentido nietzschiano, que o intelecto por meio do fingimento dissimulado nos faria acreditar verdadeiras.

As verdades do juízo necessitam da mente para que se tornem verdadeiras, no entanto, independem da pessoa que julga, a não ser que o juízo seja dado sob o ponto de vista da subjetividade. Quando o homem depara-se com as construções de verdades estabelecidas pela sociedade, ou de maneira subjetiva, constrói mentiras e passa a ser um problema para si mesmo. A busca de entender a verdade é uma tentativa jamais acabada de enfrentar este problema no horizonte de uma interpretação do universo do homem e, de conseguir para ele uma resposta verdadeiramente “técnica”. Com o surgir desta possibilidade, a verdade, digamos em si, passa a ser substituída pela interpretação, e o conceito objetivo cede lugar à obstinação do intelecto.

O que caracteriza homem é exatamente este intelecto que ele carrega consigo, com tanto orgulho e obstinação, e que, ao mesmo tempo, é o mestre da dissimulação, cuja tarefa específica é metamorfosear o mundo em sons, palavras e conceitos, de modo a não somente tentar capturar o mundo nos seus pesados segredos, mas, sobretudo aparelhá-lo de tal maneira que ele mesmo possa existir mais um minuto sobre a terra.

Na exposição de Russell, fica entendido que a percepção não é passível de erro, como é o juízo, pois o juízo pode estar errado no entendimento da percepção, o que não faz com que a percepção esteja errada, como diz o próprio Russell. De modo geral, seria o grau de complexidade que determinaria se um juízo é verdadeiro ou falso.

### **REFERÊNCIAS:**

- NIETZSCHE, F. **Sobre verdade e mentira no sentido extra-moral**. (Os Pensadores). São Paulo: Abril Cultural, 1873.
- PEIRCE, C. S. **Semiótica**. Trad. José Teixeira Coelho Neto. São Paulo: Perspectiva, 1990.
- RUSSELL, B. **Logic and Knowledge**. Londres: Allen & Unwin, 1956.
- \_\_\_\_\_. **Lógica e Conhecimento**. (Os Pensadores). São Paulo: Nova Cultural, 1992.
- \_\_\_\_\_. **Da Natureza da Verdade e da Falsidade**. (Os Pensadores) São Paulo: Nova Cultural, 1992. (Coleção Os Pensadores)

## O PAPEL DO CORPO NA (RE) CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE PESSOAL: UMA ANÁLISE FILOSÓFICA INTERDISCIPLINAR

SOUZA, Renata Silva.

Programa de pós-graduação em filosofia UNESP-Campus de Marília

E-mail: [renatynhass@hotmail.com](mailto:renatynhass@hotmail.com)

CARVALHO, Maria Amélia de.

Professora aposentada da UFOP

O objetivo deste trabalho é analisar, em uma perspectiva filosófico-interdisciplinar, o papel desempenhado pelo corpo na (re)construção da identidade pessoal. A referida investigação será desenvolvida a partir da utilização de recursos teóricos da filosofia da mente, da teoria dos sistemas complexos e das ciências sociais, os quais sustentam o eixo interdisciplinar da nossa pesquisa. A questão que será investigada neste trabalho pode ser assim formulada: Em que medida alterações corporais resultam em alterações da identidade pessoal? A partir de diferentes conceitos de corpo estudados em diferentes áreas do saber, analisaremos possíveis implicações de modificações corporais, tal como concebidas pelo movimento transhumanista. O principal objetivo do projeto transhumanista é o de alcançar, através do desenvolvimento da nanotecnologia, inteligência artificial e manipulação genética, um ideal de desenvolvimento humano de acordo com padrões tido como desejáveis, a saber: aumento da capacidade cognitiva, aprimoramento das emoções, aumento da expectativa de vida e do vigor físico do indivíduo. De acordo com os postuladores desta corrente, alcançado este novo estágio de aprimoramento geral das capacidades humanas, começaremos a conviver em sociedade com o indivíduo pós-humano, ou seja, aquele que ultrapassaria as limitações de ordem biológica, psicológica e física. Inicialmente investigaremos acerca do conceito de corporeidade na perspectiva dos sistemas complexos, na qual será dada ênfase ao modo pelo qual as partes (por exemplo, células, órgãos, corpo biológico e corpo histórico e sociocultural) de um sistema interagem entre si em diferentes escalas (no plano microscópico e macroscópico). Os conceitos complexidade, de *auto-organização* e *emergência*, centrais à teoria dos sistemas complexos, nos permitirão analisar o conceito de corporeidade de uma maneira não apenas biologicista e reducionista, mas como uma preocupação na interdependência entre os domínios biopsicossocial. Na perspectiva dos sistemas complexos, o corpo e a identidade pessoal não são tidos como objetos fixos, ao contrário, são dinâmicos e relacionais, haja vista que um altera o outro em suas interações. O corpo, analisado como um sistema complexo, pode ser pensado por meio dos seguintes elementos no sistema ao qual o corpo está inserido: meio físico (condições geográficas, alimentação, habitação, etc.), meio sócio econômico e cultural (emprego, renda, educação,



hábitos, etc.), além da garantia de acesso aos serviços de manutenção e prevenção da saúde corporal. Em contraste a esta perspectiva, do ponto de vista do transhumanismo, o corpo é tido como um objeto passível de melhoramento por meio da aplicação direta da medicina e da tecnologia para superação de alguns de nossos limites biológicos básicos. Dito em outras palavras, o corpo é tomado como elemento fragmentado de seu sistema no qual suas partes são desmembradas e analisadas de modo mecanicista e estático. Desse modo as partes do sistema passam a ser consideradas como peças que podem ser repostas sem que haja alteração na identidade pessoal. Considerando que, em oposição ao reducionismo, a metodologia de sistemas complexos exige a compreensão das relações entre o todo e as partes. Desse modo, o conhecimento das peças não seria suficiente, assim como o conhecimento da totalidade não é suficiente se as partes são ignoradas. O princípio de separação da perspectiva transhumanista deve ser substituído por princípios que tentam estabelecer as relações de modo a superar a fragmentação indivíduo-ambiente. Sendo assim, pretendemos investigar acerca de alguns efeitos que podem decorrer desta perspectiva do transhumanismo, como por exemplo, a mercantilização do corpo, ou seja, tornar o corpo mercadoria no contexto de consumo das práticas de saúde e da saúde corporal, tomando como exemplo o suposto ‘aprimoramento’ da capacidade física, emocional e cognitiva sem que se considere o contexto no qual a pessoa está inserida e a necessária mudança de hábitos corporais (que inclui no plano pessoal e coletivo, por exemplo, acesso a alimentação saudável, exercícios físicos adequados ao estilo de vida da pessoa, busca por equilíbrio emocional preservação do meio ambiente, mudança no paradigma de análise corporal, dentre outros). Pretendemos, assim, abordar a questão da corporeidade na (re)construção da identidade pessoal por meio de uma possível crítica ao ponto de vista do transhumanismo, refletindo a respeito da prioridade que é dada ao aprimoramento de indivíduos em detrimento da saúde corporal e do meio ambiente. Para que tal cenário seja possível, consideramos que seja necessária a superação de uma visão fragmentada de corpo e de identidade pessoal relacionadas a uma reformulação educacional. É nesse sentido que também apontamos o problema da hiper valorização do conhecimento científico em um modelo de educação, caracterizado por um modo de transmissão do conhecimento na qual o educando é passivo e, não resolve, de forma original e criadora, problemas da realidade em que vive. Diferentemente da perspectiva de uma concepção estática de aprendizagem, a Educação deve ser compreendida em sua complexidade, por não se restringir ao exercício de um saber específico e por envolver saberes e práticas de várias áreas de conhecimento. A partir do pensamento sistêmico, é possível considerar o processo de aprendizagem como uma dinâmica de mudança de hábitos. Por outro lado, a abordagem transhumanista reflete uma concepção fragmentada de educação, de corpo e de identidade pessoal que priorizam o foco-super-especializado em partes de habilidades humanas a serem



individualmente aprimoradas; pois, ainda que o transhumanismo proponha uma metodologia interdisciplinar, não se presta a uma dissolução da fragmentação entre o indivíduo e seu contexto. Consideramos que o paradigma cartesiano, ainda vigente em algumas áreas do saber, continua enraizado na cultura ocidental, de modo não apenas a impedir uma abordagem que supere a fragmentação entre as disciplinas, mas que permita uma superação da própria fragmentação vigente. Em resumo, sugerimos que uma possibilidade de abordagem de nossa questão possa ser feita por meio de uma reflexão acerca das interações de interdependência entre corpo, identidade pessoal, ambiente e atividades educacionais.

## PERCEPÇÃO E INTENCIONALIDADE EM JOHN SEARLE

UZAI JUNIOR, Paulo

Psicólogo graduado pela Universidade Estadual Paulista (UNESP) /Bauru.

Mestrando do programa de pós-graduação em Filosofia, área Filosofia da Mente, Epistemologia e Lógica, da UNESP-Marília.

E-mail: [paulouzai@gmail.com](mailto:paulouzai@gmail.com)

O meu objetivo principal é analisar a relação entre percepção e intencionalidade proposta por John Searle. Para tanto, começarei apresentando a concepção searleana de intencionalidade e as justificativas da tese do filósofo de que essa é uma das características essenciais da mente. Em seguida, tratarei do argumento de que a percepção é uma característica biologicamente fundamental da intencionalidade. Destacarei que, ao considerar o problema da percepção sob uma perspectiva intencionalista, Searle toma partido do realismo ingênuo, em oposição às teses representacionistas e fenomenalistas da percepção. Ver-se-á que ao tratá-la como uma característica da intencionalidade, Searle acaba por propor uma solução para o problema da percepção adotando uma perspectiva mentalista, havendo, assim, uma vinculação muito estreita entre intencionalidade, percepção e o modo como formula e soluciona o problema mente-corpo. Para o filósofo, o problema mente e corpo tem uma solução, ao menos teórico-conceitualmente, muito simples: os estados e processos mentais são causados pelo cérebro e realizados no sistema cerebral, ou seja, é um fenômeno biológico como qualquer outro. Contudo não podemos fazer uma redução ontológica do mental ao cerebral, porque os processos mentais têm uma ontologia própria, qual seja, ontologia de primeira pessoa. Com efeito, nos parece que caso discordemos desta solução que o filósofo oferece ao problema mente-corpo, sua teoria da percepção acaba caindo no inevitável problema que uma via mentalista da percepção nos traz, qual seja, como correlacionar nossas experiências perceptivas internas com o mundo exterior?